

O Dia de Anchieta: “para retemperar a fé e reforjar os sentimentos de brasilidade”.

Eliane Cristina Deckmann Fleck*

Rafael Kasper**

Resumo: O artigo analisa os discursos e conferências proferidos no Ciclo de Palestras promovido pela Comissão Nacional para as Comemorações do Dia de Anchieta – reunidos na Coletânea *Anchietana* –, com o objetivo de desvendar as razões para a instituição da data em 1965, momento de implantação da ditadura militar no Brasil. Ao apresentar José de Anchieta como precursor da nacionalidade brasileira, como guardião da moral e exemplo de santidade, intelectuais brasileiros e estrangeiros, autoridades civis e militares e representantes da Igreja Católica evidenciam não apenas as condutas consideradas fundamentais para a sociedade brasileira, como justificam e evocam a retomada do processo de beatificação do missionário jesuíta.

Palavras Chave: José de Anchieta, regime militar, Igreja Católica, beatificação, nacionalidade

Anchieta’s Day: to retemper the faith and reforge the feelings of brasility

Abstract: The article analyses the speeches and conferences pronounced in the *Ciclo de Palestras* promoted by the National Commission for the commemorations of the Anchieta’s Day - reunited in the *Coletânea Anchietana* -, with the intent of de revealing the reasons for the institution of the fate in 1965, moment of implantation of the military dictatorship in Brazil. When presenting José de Anchieta as a harbringer of the brazilian nationality, as a guardian of moral and example of sanctity, brazilian and foreign intellectuals, civil and military authorities and representatives of the Catholic Church evince not only the conducts considered fundamental for the brazilian society, but also justify and evoke the resumption of the process of beatification of the Jesuit missionary.

Key-Words: José de Anchieta, military regimen, Catholic Church, beatification, nationality

* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Professora Titular da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

** Graduando do Curso de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Bolsista PIBIC-CNPq.

Um Dia para Anchieta

O *Dia de Anchieta* foi instituído pela Lei Federal nº 55.588¹, de 18 de janeiro de 1965², devendo ser oficialmente comemorado no dia 9 de junho, data da morte³ do missionário jesuíta José de Anchieta⁴. As comemorações foram planejadas por uma Comissão Nacional⁵, cujas tarefas foram as de promover um Ciclo de Palestras alusivo ao missionário jesuíta com a colaboração de intelectuais brasileiros e historiadores e ensaístas espanhóis⁶; organizar uma Missa campal⁷ com D. Agnelo Rossi⁸, no Pátio do Colégio⁹, e a Conferência

¹ O decreto dizia o seguinte: “Art. 1º Fica instituído o “Dia de Anchieta”, que será oficialmente comemorado em todo o país na data de 9 de junho. Art. 2º O ministério da Educação e Cultura adotará as necessárias providências para dar excepcional relevo às comemorações do “Dia de Anchieta”. Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

² Na edição de 19 de fevereiro de 1965 do Jornal O Estado de São Paulo encontramos, à página 34, uma informação que parece remeter ao reconhecimento da origem espanhola de José de Anchieta: “O comandante do navio-escola espanhol Juan Sebastian de Elcano, que faz visita de cortesia ao Rio, colocou ontem uma coroa de flores junto à estátua do Pe. José de Anchieta, no vestíbulo da S. Casa de Misericórdia.”

³ Na edição do dia seguinte ao decreto, o jornal Folha de São Paulo publicou entrevista feita com o prof. Maurício de Albuquerque, da Universidade do Brasil e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na qual ele afirma que “a data corresponde a de sua morte, que ocorreu a 9 de junho de 1597, em Reritiba, no Espírito Santo, atual Anchieta, e o decreto é um passo para sua canonização, tendo em visto que só os santos são festejados no dia de sua morte. [...] é antiga a idéia de canonizar o padre Anchieta e que a canonização foi retardada, em parte, pelas lendas sobre o jesuíta.” Este mesmo jornal, em 25 de março de 1965, à página 4, noticiou: “Na Comissão de Justiça, foi aprovado projeto do Senado, instituindo o Dia de Anchieta, a ser comemorado anualmente pelas escolas secundárias, a 9 de junho, data em que, em 1597, faleceu o Apóstolo.”

⁴ José de Anchieta nasceu em Tenerife, uma das ilhas do arquipélago das Canárias. Foi um menino de saúde frágil, mas que nem por isso deixou de ser um brilhante aluno. Aos 17 anos, ingressou na Companhia de Jesus e, dois anos após, foi ordenado padre e enviado para o Novo Mundo. Chegou à Bahia em 13 de julho de 1553, juntamente com a comitiva de Duarte da Costa, segundo Governador Geral. No mesmo ano, foi enviado para a Capitania de São Vicente, atual estado de São Paulo. Morreu aos 63 anos de idade, sendo que seus restos mortais foram trasladados para a Bahia, em 1611, e, posteriormente, algumas relíquias foram encaminhadas à Roma para dar início ao processo de canonização, que ainda não está concluído.

⁵ A Comissão Nacional designada pelo presidente da República para organizar as comemorações do Dia de Anchieta teve sua primeira reunião em 15 de março de 1965, contando com a presença de Julio de Mesquita Filho, Eurípides Simões de Paulo e dos historiadores Aureliano Leite e Ian de Almeida Prado. A segunda ocorreu a 12 de maio de 1965, ocasião em que foi aprovado o Programa definitivo das comemorações do Dia de Anchieta.

⁶ De acordo com artigo de 09 de junho de 1965, divulgado pelo Jornal Folha de São Paulo, “a participação do Padre Francisco Mateos e do historiador Herrera, que virão ao Brasil, especialmente, para pronunciar suas conferências, representam a colaboração da Embaixada da Espanha e do Consulado Geral nesse país em São Paulo, as homenagens à memória de Anchieta.”

⁷ A missa contou a participação de inúmeros fiéis e de estudantes, além de um grupo de Bandeirantes e da “fanfarra da Escola Técnica de Comércio José de Anchieta [que] executou um hino religioso, seguindo-se, pouco antes da comunhão, a participação dos marujos espanhóis – do navio Vicente Yañez Pinzón, da Armada Espanhola – que entoaram um cântico sacro. Na oportunidade, realizou-se também a Páscoa dos Professores e a primeira comunhão de diversos escolares. Concluído o ato religioso, a fanfarra executou o Hino nacional, dirigindo-se, a seguir, à Praça da Sé, para deposição de flores ao pé do monumento a Anchieta.” (O Estado de São Paulo, 10 jun. 1965, p. 18-19).

de Abertura com Pedro Calmon, no Teatro Municipal no dia 09 de junho; firmar convênio com a UNB para a produção de um filme sobre Anchieta e com a Escola de Arte Dramática de São Paulo para encenações públicas dos Autos de Anchieta em regiões como Santos, São Vicente, Ubatuba e Itanhaém; promover um Concurso Literário para obras biográficas sobre Anchieta¹⁰; promover a confecção de selos e placas comemorativas em prata e bronze¹¹; patrocinar o traslado de uma relíquia de Anchieta, vinda de Roma e, ainda, editar as obras completas de José de Anchieta¹².

⁸ O Jornal O Estado de São Paulo reproduziu as palavras proferidas pelo Cardeal Rossi, durante a solenidade no Pátio do Colégio: “São os santos os maiores benfeitores da humanidade. A lição de sua vida atravessa os séculos suscitando entusiasmo, imitação e alento. Abençoadas são as famílias ou nações que podem contemplar, com serenidade e justa satisfação, as figuras impressionantes de seus antepassados, que se distinguiram na virtude e no mérito. Este é o caso de São Paulo. “*As primeiras páginas de sua história estão iluminadas e perfumadas com os exemplos dum herói, dum gigante, verdadeiro bandeirante da fé e intrépido embaixador da paz, pela qual é a figura do Apóstolo de Cristo no Novo Mundo – o Pe. José de Anchieta. [...] Anchieta realizou obra de inestimável valor em prol da catequese e da civilização brasileira e, por isso, coloca o seu nome entre os mais ilustres construtores da nacionalidade.*” (O Estado de São Paulo, 10 jun. 1965, p. 19.) (grifo nosso).

⁹ As solenidades foram assim noticiadas pelo Jornal O Estado de São Paulo, de 10 de junho de 1965, p. 18: “O Pátio do Colégio e o Teatro Municipal, marcos da civilização bandeirante serviram ontem de cenário às principais solenidades comemorativas do transcurso do Dia de Anchieta. Os festejos se iniciaram pela manhã, com missa campal celebrada junto à histórica Casa de São Paulo [...] Solene Missa campal [...] em altar armado diante da histórica casa do Pátio do colégio, berço de São Paulo [...]”. (grifos nossos)

¹⁰ As obras que participaram do *Concurso Literário* promovido pela Comissão Nacional revelam o significativo empenho dos autores em reforçar a religiosidade e a moralidade em Anchieta, o que está, inevitavelmente, associado ao contexto histórico desta produção, em que o medo do comunismo levava milhares de pessoas à rua, que em defesa da religião e da integridade da família, apoiavam e legitimavam o golpe militar. A obra “*Anchieta, o Apóstolo do Brasil*”, do Pe. Hélio Abranches Viotti, obteve o primeiro lugar no *Concurso* e consagrou, no século XX, a imagem de santo e de herói do jesuíta Anchieta construída já no século XVI. Evidencia, também, a intenção política da obra, ao vincular uma imagem apologética do missionário aos valores morais e religiosos conservadores defendidos pelos setores sociais que implantaram o regime militar.

¹¹ A Folha de São Paulo de 09 de junho de 1965 menciona que “A comissão organizadora dos festejos solicitou do Gabinete Civil da Presidência da República providências para a emissão de um selo postal comemorativo do Dia de Anchieta.”

¹² Este projeto fica evidente no discurso proferido por Julio de Mesquita Filho, na abertura das Conferências: “Quando da chegada do padre Molinari, soube por ele a Comissão que S. S. o Papa Paulo VI lhe lembrara que, para maior relevo do Ano Anchietano, seria interessante assinalá-lo com a edição das obras completas do suave apóstolo do Brasil. Dando a atenção devida a tão feliz sugestão, deliberamos entrar em contacto com a Universidade de São Paulo, instituição que nos parecia a todos nós ser, pela sua própria natureza, a mais indicada para levar a bom termo o desejo do Sumo Pontífice. Não seria necessário dizer que foi com grande satisfação que o Magnífico Reitor do nosso principal instituto de ensino superior se colocou incondicionalmente à disposição dos que o procuraram, tomando desde logo as providências necessárias para que ainda neste ano seja oferecida ao mundo culto a edição das obras completas do patrono da nacionalidade brasileira.” (MESQUITA FILHO In: ANCHIETANA, 1965, p. 7).

Integravam a Comissão Nacional nomeada pelo Marechal Castelo Branco, além de Júlio de Mesquita Filho¹³, como presidente, Aureliano Leite¹⁴, Eurípedes Simões de Paula, João Fernando de Almeida Prado, César Salgado, Mário Neme e Lúcia Falkenberg¹⁵. O Ciclo de Palestras¹⁶ proposto pela Comissão se iniciou com a Conferência de Pedro Calmon¹⁷, intitulada “O Irmão José”, e prosseguiu nos dias seguintes, com as proferidas pelo almirante espanhol Julio Guillen, no dia 11 de junho¹⁸, com o título “Uma página pouco conhecida da

¹³ Júlio de Mesquita Filho era presidente do jornal *O Estado de São Paulo* à época. Além disso, Mesquita Filho era irmão de Antonieta Pellegrini, presidente do *Movimento de Arregimentação Feminina – MAF*, que participará ativamente das comemorações alusivas a Anchieta. A MAF era uma das organizações empenhadas na desestabilização e, posteriormente, na deposição do governo Goulart. Amplamente apoiadas por setores conservadores da Igreja Católica, essas entidades de mulheres católicas e de classe média, promoveram inúmeros atos de protesto a uma suposta ameaça comunista, em defesa da religiosidade, da moral da família cristã e da pátria, valores caros aos setores civis e militares que implantaram o regime militar.

¹⁴ Ferrenho adversário do governador de São Paulo, Ademar de Barros. Membro da Academia Paulista de Letras e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. (ABREU, 2001, p. 3065-3067)

¹⁵ Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Bertioga, São Paulo, e presidente da Comissão de Turismo do Guarujá. Sabe-se que sob sua orientação foram realizadas, “nas ruínas da capela de Santo Antônio do Guaibé, em Bertioga, as solenidades programadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, dentro das comemorações do “Ano de Anchieta”, na conformidade do roteiro estabelecido pela comissão encarregada dos festejos na Baixada santista e litoral do Estado” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 13/06/1965, p. 25).

¹⁶ Este Ciclo de Palestras se denominou *Ciclo de Conferências sobre a Vida e Obra do Padre Anchieta*. Ao saudar os presentes à conferência do almirante espanhol Julio Guillen, no dia 11 de junho de 1965, Mesquita Filho referiu-se ao Ciclo da seguinte maneira: “Com este ciclo de conferências [...] nada mais fazemos do que retomar o fio daquelas que, há 68 anos, foram proferidas sobre o mesmo apaixonante tema pelos mais ilustres homens de letras e de pensamento de São Paulo de então. Entretanto [...] naqueles já remotos tempos, as repercussões da feliz iniciativa cultural limitaram-se ao território nacional. Hoje não: as comemorações têm uma ressonância maior e atingem um âmbito mais largo. Elas alcançam já a Espanha e a Itália que nos enviaram alguns dos seus mais eminentes historiadores [...]” *O Estado de São Paulo*, 12/06/1965. O evento a que se refere Júlio de Mesquita Filho trata-se de um Ciclo de conferências promovido pelo IHGSP, em 1897, comemorativo da passagem do III Centenário de morte de Anchieta. Além de São Paulo, também a Guanabara comemorou – pela primeira vez – o Dia de Anchieta “com um desfile de 11 escolas e participação de cerca de 2500 estudantes, tendo o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara rezado missa campal na Praça Nossa Senhora de Nazaré, em Anchieta, onde se realizou o desfile. [...] Durante as comemorações [...] foi anunciada a decisão do governo espanhol de doar uma estátua de Anchieta que será instalada na Praça Nossa Senhora de Nazaré [...]” e que “já foram tomadas a providências para a sua canonização, através do Vaticano”. (ÚLTIMA HORA-RJ, 10 jun. 1965, p. 3)

¹⁷ A primeira palestra, sob responsabilidade de Pedro Calmon, ocorreu no Teatro Municipal, enquanto as demais foram realizadas no Pátio do Colégio.

¹⁸ De acordo com artigo publicado no *O Estado de São Paulo*, em 12 de junho de 1965, temos acesso à composição da mesa solene na sessão do Ciclo de Conferências em que o Almirante Guillen participou: “A sessão foi dirigida pelo dr. Júlio de Mesquita Filho [...] Assentaram-se à mesa o prof. Ernesto Leme, Secretário da Justiça; os dres. Aureliano Leite, presidente do IHGB-SP; César Salgado, presidente da Associação dos Cavaleiros de São Paulo; o prof. Miguel Reale, representando o corpo docente da Faculdade de Direito da USP; o padre Paulo Molinari, postulador da causa de beatificação do padre José de Anchieta junto ao Vaticano; o Sr. Fermin Prieto Castro, cônsul-geral da Espanha em São Paulo; o historiador Salvador Herrera, da Faculdade de filosofia e Letras da Universidade Central de Madrid; os padres Francisco Mateos e Fernando Pedreira de Castro e a sra. Maria Mesquita da Motta e Silva, presidente do Movimento de Arregimentação Feminina.” (grifos nossos) Chama a atenção a significativa presença de representantes da Igreja e de leigos católicos,

História do Brasil na época do padre Anchieta”; no dia 14, pelo Pe. Francisco Mateos, que falou sobre “Últimas investigações históricas sobre a vida e a obra do padre Anchieta”, e no dia 16, pelo prof. Salvador Lopez Herrera que proferiu palestra sobre “Anchieta e a fundação de São Paulo”¹⁹. O Ciclo prosseguiu com as palestras de Monsenhor José Conceição Paixão, pela Associação dos Cavaleiros de São Paulo; do prof. Julio Garcia Morejon²⁰, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo; do Dr. César Salgado, pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo²¹ e do padre Hélio Abranches Viotti, representando a Companhia de Jesus²².

sugerindo a vinculação entre as comemorações e o empenho desses setores sociais na retomada do processo de beatificação de José de Anchieta. Em relação à participação da representante de um grupo feminino na mesa de honra da sessão, lembramos que “a religiosidade das mulheres foi um dos elementos-chave para levá-las a combater” o governo Jango e as reformas. Daí o papel desempenhado, neste período, por entidades femininas católicas, cujas integrantes “foram conquistadas pelos líderes ipesianos para a ação política, a partir de sua religiosidade, do seu moralismo e do seu medo de desagregação da família pelo ‘Estado totalitário’”, o que as fez aderirem às marchas e aos manifestos em praça pública para “defender a família, as tradições, a religião e a pátria contra ‘um iminente golpe comunista’.” (SIMÕES, 1985, p. 41, 52).

¹⁹ GOVERNO E POVO EVOCAM OBRA DE ANCHIETA. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1965, p. 19.

²⁰ Julio Garcia Morejón nasceu no norte da Espanha, em Valencia de Don Juan. Formado em Letras e Filologia na Universidade de Salamanca, mudou-se para o Brasil logo após a colação de grau, já que tinha casado com uma brasileira de origem hispânica. Com doutorado pela USP em 1960, vai trabalhar nesta universidade por 30 anos. Nela, vai fundar a ECA (Escola de Comunicação e Artes). Funda também o Centro Hispano-Brasileiro de Cultura, em 1971, logo transformada em Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas.

²¹ É importante destacar que o governo do Estado de São Paulo também tentou se associar aos festejos anchietanos através de um decreto de 26/04/1965. Esse decreto dizia o seguinte: Artigo 1º - Associar o governo do Estado à celebração do Dia de Anchieta, a 9 de junho próximo; Artigo 2º - Determinar à Secretaria do Governo que elabore, conjuntamente com a da Educação, o programa oficial respectivo; Artigo 3º - Instituir o prêmio “Anchieta” para o melhor trabalho sobre a cidade de São Paulo, desde a sua fundação; Artigo 4º - Promover, nos estabelecimentos de ensino, aulas recitais a respeito de Anchieta e sua obra; Artigo 5º - Renovar, no dia de Anchieta, a confiança do povo e do governo bandeirantes no sentido da canonização do Apóstolo do Brasil; Artigo 6º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação. A 27 de maio de 1965, a Folha de São Paulo divulgou o Programa de Comemorações previsto pelo governo do Estado de São Paulo, e que previa a participação de alunos de várias escolas primárias e secundárias da cidade de São Paulo, da Rádio e da TV da Secretaria de Educação. Este mesmo jornal, em 9 de junho de 1965, chegou a reproduzir a mensagem do governador Ademar de Barros “ao povo de São Paulo”, da qual destacamos esta passagem: “Dentre a gigantesca obra do inesquecível jesuíta, este aspecto é um dos mais importantes. Pois que com sua presença, andando a pé ou navegando em frágeis canoas, foi o primeiro que personificou o caráter nacional do Brasil, dando-lhe, como a um todo contínuo e homogêneo, o fervor e seu apostolado ardente e idealista, fundando, assim, a unidade do país, que nos tem preservado de desastres e calamidades sociais e políticas. [...] o governo do Estado rende homenagens à memória imorredoura de José de Anchieta, santo e apóstolo do Brasil.” (grifo nosso).

²² A edição de 09 de junho de 1965, da Folha de São Paulo, informou que na noite anterior, haviam desembarcado em São Paulo – vindos do Rio de Janeiro – para as homenagens que seriam prestadas ao jesuíta Anchieta, “os padres Paulo Molinari e Helio Abranches Viotti, o primeiro, defensor da beatificação de Anchieta junto ao Vaticano, e o segundo, defensor da causa no Brasil, em processo instituído pela Cúria Metropolitana do Brasil.”

Concomitantemente ao *Ciclo de Conferências sobre a Vida e Obra do Padre Anchieta* – que ocorreu de 9 de junho a 14 de julho de 1965²³ – a Comissão Nacional promoveu o Congresso Anchietano, para o qual foram convidados estudiosos como Daniel Ropps, da Academia Francesa, Marcel Bataillon, do Colégio de França, Charles Boxer, da Universidade de Londres, Ernani Cidade e Damião Peres, de Portugal, Pedro Calmon, da Universidade do Brasil, os professores Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, representantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos Institutos Históricos e Geográficos do Espírito Santo e da Bahia, além de representantes da Academia Brasileira de Letras e de outras instituições culturais do país. Foram convidadas também outras personalidades como um dos cardeais da Espanha, o prefeito de Tenerife, cidade natal de Anchieta, e o governador da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda, entre outras.²⁴

Com o intuito de desvendar as razões para a instituição do *Dia de Anchieta*, em 1965, momento de implantação da ditadura militar no Brasil, e de evidenciar a apropriação da figura e do pensamento de José de Anchieta, tanto por autoridades militares, quanto por civis, analisamos os discursos, poemas e conferências que se encontram reunidos nessa Coletânea denominada de *Anchietana*²⁵. Esta é composta por uma Introdução; dois Discursos; sete Conferências; trinta e seis Artigos e três Discursos proferidos por ocasião do *Dia de Anchieta*. Sobre os autores, constatou-se que trinta e nove são intelectuais, políticos e acadêmicos civis; sete são religiosos, sendo que quatro são jesuítas – dois deles, espanhóis (um deles, Francisco Mateos SJ. é editor da revista *Misionalia Hispanica*). Além de Pedro Calmon e do Pe. Hélio Abranches Viotti SJ., podemos destacar a colaboração de João de Scantimburgo, Tito Lívio Ferreira, Herbert Baldus, Cassiano Ricardo, Cecília Meireles e Guilherme de Almeida. Na

²³ De acordo com o artigo *Comemoração do Dia de Anchieta traz o Mal. Castelo Branco*, divulgado pelo Jornal Folha de São Paulo, o presidente desembarcaria na tarde de 09 de junho em São Paulo, para, à noite, presidir a Sessão Magna do Teatro Municipal e abrir o Ciclo de Conferências sobre a vida e a obra de José de Anchieta. Segundo o jornalista, o ministro da Educação, Sr. Flávio Suplicy de Lacerda, estaria presente à conferência a ser proferida pelo Reitor da Universidade do Brasil. Prof. Pedro Calmon.

²⁴ DIA DE ANCHIETA: COMISSÃO PREPARA PROGRAMA CONDIGNO. *O Estado de São Paulo* São Paulo, 21 mar. 1965, p. 24.

²⁵ Vale ressaltar que a Coletânea que analisamos neste artigo teve sua publicação supervisionada por outra Comissão, que não aquela encarregada das comemorações alusivas a Anchieta, tendo sido formada por Aureliano Leite, João Fernando de Almeida Prado, Valério Giuli, Pe. Hélio Abranches Viotti S.J – que foi um dos colaboradores da Anchietana –, e por Mário Neme, o único a integrar as duas comissões.

Introdução, o presidente da Comissão Nacional, o Sr. Júlio de Mesquita Filho destaca a participação do almirante espanhol Júlio Guillen, presidente do Museu Naval de Madri²⁶.

Os quarenta e nove textos – palestras, artigos, discursos e poemas –, majoritariamente, concebem José de Anchieta como precursor da nacionalidade brasileira ou como guardião da moral e dos bons costumes, condutas consideradas fundamentais para a coesão social e para a integração territorial da *Pátria*. Revelam, ainda, que o pensamento anchietano – *que não concebia uma fronteira nítida entre os fins da política e os da religião e legitimava o uso da força contra os infiéis* – foi, efetivamente, apropriado pelo regime militar na década de sessenta, para justificar as medidas tomadas contra uma “possível intervenção comunista” no Brasil²⁷. Apresentado como “*santo símbolo de nossa nacionalidade*”, por ter salvaguardado “*o princípio da moralidade em face da corrupção*”, repellido “*as missões estrangeiras*”²⁸ e conservado a “*unidade e integridade da nação*”, Anchieta serviu de modelo de conduta para o novo regime político, ao reafirmar a importância da família, da religião e da moral.

²⁶ Na sessão Notas, à p. 451, consta, no entanto, uma observação, informando as razões da omissão de seu nome entre os colaboradores: o texto de sua conferência intitulada “Uma página pouco conhecida da História do Brasil na época do Padre Anchieta”, proferida em 11 de junho de 1965, no Pátio do Colégio, em São Paulo, não teria chegado às mãos da Comissão até o momento da impressão da Coletânea. A Conferência “que foi muito bem recebida pela numerosa assistência”, mereceu um comentário de César Salgado, membro da Comissão Nacional, publicado no Jornal O Estado de São Paulo, de 12/06/1965, no qual chamava “a atenção de todos para a coincidência que se verificara, pois o conferencista havia discorrido sobre a importância de uma batalha naval para os destinos históricos do Brasil, justamente na data em que a Marinha de Guerra brasileira comemorava o centenário da Batalha do Riachuelo”.

²⁷ De acordo com Carlos Fico, “a velha noção de ‘crise moral’ foi um dos motes utilizados pelos golpistas de 64 para justificar a sua ação. Juntamente com o combate à ‘subversão’ e ao comunismo, ‘acabar com a corrupção’ era uma das bandeiras da época. [...] ansiavam por eliminar todas as mazelas sociais [...] no doente corpo social brasileiro.” (FICO, 2001, p. 149, 158)

²⁸ Ao analisarmos as biografias de Anchieta, constatamos que enaltecem seu papel como missionário e de estrategista militar, valorizando os feitos militares relacionados ao episódio da França Antártica. Cabe lembrar que os autores destas obras estavam ligados a uma elite política e religiosa, interessada em perpetuar esta visão sobre a evangelização e civilização dos indígenas e sobre a política colonial. Neste sentido, Anchieta pareceu ser o personagem ideal, por aglutinar a conduta e o pensamento pretendidos pelo Estado, já que, nos idos do século XVI, juntamente com o Governador Mem de Sá, havia expulsado o invasor, o herege, derrotando os franceses e pondo fim à França Antártica. Assim, o herege francês do século XVI é transformado no comunista do século XX e Anchieta passa a personificar a união entre a Igreja e o Estado contra a ameaça estrangeira. Por isso, pode-se dizer que a memória construída sobre Anchieta atenderá aos fins de Estado instalado após 1964, na medida em que, a exemplo do ocorrido durante o episódio da França Antártica, sua imagem representava a moral e a conduta política que os militares pretendiam difundir naquele momento.

“À Memória imorredoura de José de Anchieta”: a Anchieta

O presidente da Comissão, Julio de Mesquita Filho, contribui com os dois primeiros textos da *Anchieta*: a Introdução à obra e o discurso intitulado “A presença de Anchieta na Formação Brasileira”. Tanto no discurso, quanto no artigo, Mesquita menciona recorrentemente – e respeitosamente – o nome e o posto (tanto o de militar, quanto o de presidente) de Castelo Branco, atribuindo a ele a idéia de consagrar uma data cívica a Anchieta²⁹, como se pode constatar nesta passagem da Introdução:

[...] deliberou em boa hora o Sr. Presidente da República determinar que voltasse o País a prestar reverência a José de Anchieta, um dos pioneiros que mais contribuiu para a formação moral da nacionalidade. [...] Instituído oficialmente o “Dia de Anchieta”, decidiu Sua Excelência que se constituísse uma comissão cujos membros deveriam gizar o programa a ser desenvolvido durante o ano. Essa comissão, a que, por benevolência do Sr. Marechal Castelo Branco, preside o autor dessas linhas [...] dando desempenho ao que lhe cometera a mais alta autoridade da República [...] tivemos a honra de saudar o Sr. Presidente da República, agradecendo-lhe a sua contribuição decisiva para o brilho e o significado dos festejos. (Mesquita Filho In: ANCHIETANA, 1965, p. 6) (grifo nosso)

Em seu discurso, Mesquita Filho expressa sua satisfação com a instituição da data, atribuindo-a, novamente, ao Marechal Castelo Branco:

[...] eis-nos de novo reunidos para comemorar o DIA DE ANCHIETA, por oportuna e feliz lembrança do Exmo. Sr. Presidente da República. [...] Agora, a idéia em boa hora concebida pelo Exmo. Sr. Marechal Castelo Branco de instituir o DIA DE ANCHIETA no aniversário da morte do grande místico, assume outras proporções. [...] Ao evocar a responsabilidade de uma iniciativa tão rica de significado, pretende Sua Excelência o chefe de Estado brasileiro imprimir-lhe um caráter especialíssimo. E para que se compreenda todo o seu alcance, basta acentuar que a pessoa a que S.S. o papa Paulo VI confiou a missão de representá-lo neste histórico conclave é a mesma à qual está acometida a delicadíssima tarefa de orientar a elaboração do processo de beatificação

²⁹ Embora o “Dia de Anchieta” tenha sido instituído pelo Decreto Nº 55.586, de 18 de janeiro de 1965, em levantamento feito sobre decretos ou processos encaminhados antes de 1965, inclusive daqueles que propõem a beatificação do jesuíta José de Anchieta, constatamos que durante o governo Vargas, o Decreto Nº 23.941, de 1º de março de 1934, dia do IV Centenário de nascimento de Anchieta, declarou a data feriado nacional, ressaltando a importância de Anchieta para a formação da nacionalidade brasileira. Através de outro decreto, o de Nº 5.123, de 21 de dezembro de 1942, Getúlio Vargas doou terreno à “Sociedade Brasileira de Educação”, prevendo a criação da Casa de Anchieta, “destinada ao culto dos grandes vultos da Companhia de Jesus que, no Brasil, se consagraram à catequese e educação dos indígenas”. Estes decretos revelam que a imagem de Anchieta – de Apóstolo do Brasil e de construtor da nacionalidade brasileira – vinha sendo utilizada com fins políticos já desde o governo Vargas, que, assim como o governo implantado após o Golpe de 1964, orientaram sua administração para a defesa da “chama do patriotismo” e da “unidade e integridade da nação”.

de Anchieta [...] fervor que foi acolhido pela gigantesca urbe de hoje o chamamento do Exmo. Sr. Presidente da República (Mesquita Filho In: ANCHIETANA, 1965, p. 10-12) (grifo nosso).

Destacando a importância e o simbolismo que revestia a instituição da data alusiva ao jesuíta José de Anchieta, face ao momento político brasileiro, Mesquita Filho reafirmou sua crença de que *“a Revolução de 31 de março se manterá fiel àquele humanismo cristão que nos legou Anchieta e que a subversão comuno-nacionalista pretendia banir da nossa comunhão”*³⁰:

Atravessam o País e o mundo um dos instantes mais graves da História. Dentro da grande Revolução que se processa por toda a parte, vive o Brasil, aquela, sob a chefia do Exmo. Sr. Marechal Castelo Branco, nos levou à vitória do 31 de março. Se aceitou S. Excia. o encargo de conduzir a Nação ao campo em que se feriria o último embate entre a liberal democracia e aqueles que desejavam arrastá-la para a órbita dos países em que nos últimos cinquenta anos se implantaram regimes inspirados no materialismo dialético foi porque jamais duvidou dos sentimentos profundos da nossa coletividade. *Sabia perfeitamente que a subversão então em marcha aberrava as tendências inatas da Nação e de tudo quanto no passado assinalou os fatos de sua história. [...] Foi precisamente por participar, na qualidade de seu líder supremo, do sentido profundo do grande levante e por possuir a convicção de que ele traduzia a decisão em que se achava o País de permanecer fiel ao espiritualismo* que S. Excia. o Marechal Castelo Branco não hesitou em romper o seu compromisso de soldado para com o Estado, a fim de poder colocar-se decididamente à frente dos que defendiam as nossas tradições. Na luta de proporções ecumênicas em que nos achamos envolvidos não podia S. Excia. senão obedecer ao imperativo moral a que todos voluntariamente nos havíamos sujeitado. *É pois um ato de afirmação que nesse instante participamos – afirmação que se traduz no propósito em que está a Revolução de permanecer fiel àquele humanismo cristão que nos legou Anchieta e que a subversão comuno-nacionalista pretendia banir da nossa comunhão.* (MESQUITA FILHO In: O Estado de São Paulo, 1965, p. 19) (grifos nossos)

³⁰ Referindo-se à formação da ampla frente que se formou para derrubar o governo de Jango em 1964, Daniel Aarão Reis Filho afirma que esta nutria “um grande Medo de que viria um tempo de Desordem e de Caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores, inclusive dos religiosos. A idéia de que a civilização ocidental e cristã estava ameaçada no Brasil pelo espectro do comunismo ateu invadiu o processo político, assombrando as consciências”. Seus integrantes possuíam “denominadores comuns muito genéricos: salvar o país da subversão e do comunismo, da corrupção e do populismo”. (REIS FILHO, 2007, p. 6-7).

Em seu discurso, Castelo Branco deixaria evidente a sua posição em relação ao papel a ser desempenhado pela Igreja³¹ e pelo Estado para consolidação no novo regime:

Essa terra é nossa empresa, dissera Nóbrega. E ninguém melhor que Anchieta lhe ouviu a palavra. [...] *A Igreja continua a ter no Brasil largo campo de ação espiritual (...) enquanto o desenvolvimento material está, principalmente, a cargo do Estado, à Igreja cabe, sem dúvida, conquistar e aperfeiçoar os espíritos. O que nada impede, até aconselha, que ajude a ação governamental. [...] Desta forma, temos assegurado o melhor ambiente para o governo receber aquela ajuda, tão necessária e só possível de ser exercida pelo bom pastor. [...] graças à maneira por que se formou, o Brasil permanece aberto aos evangelizadores que se disponham a seguir os ensinamentos de Anchieta, de quem se disse com justiça, que pela nossa pátria êle ‘deu a vida, o apostolado, a santidade’.* (Castelo Branco In: ANCHIETANA, 1965, p. 12-13) (grifo nosso)

Os dois textos de estrangeiros na Coletânea, no caso, o do padre jesuíta espanhol Francisco Mateos e do acadêmico espanhol Prof. Salvador López Herrera, limitam-se a expor cronologicamente a vida do missionário. Na conferência “*Ultimas investigaciones históricas – sobre la vida y obra del padre José de Anchieta*”, Mateos se detém na genealogia de Anchieta, dando uma especial atenção ao fato de o jesuíta descender de cristãos-novos por parte de mãe:

Comenzando pues, por doña Mencía Díaz de Clavijo y Llarena, madre del jesuita, hay que afirmar sin el menor género de duda que llevaba en las venas algo de sangre judía, en cuanto pertenecía a la casta de cristianos nuevos, nota socialmente infamante en la mentalidad hispana del siglo XVI (...) (MATEOS In: ANCHIETANA, 1965, p. 26)

Por sua vez, Salvador López Herrera também reconstitui cronologicamente a vida e a obra de Anchieta. Apenas no último parágrafo o acadêmico espanhol exalta a memória de Anchieta, valendo-se, no entanto, das palavras de um intelectual brasileiro:

Anchieta, como dice el ilustre escritor brasileño Teodoro Sampaio: ‘Debe de ser conocido y admirado, porque la cruz de Anchieta simboliza sacrificio, abnegación, heroísmo, cruz que en la ruta del porvenir ha de ser nuestro fanal inextinguible tan inextinguible como esa constelación tutelar de que lo alto nos contempla.’ (HERRERA In: ANCHIETA, 1965, p. 60)

³¹ É preciso considerar que às vésperas de abril de 1964, “a Igreja, como instituição, por meio da CNBB, tomava posição a favor das reformas sociais. [...] Mas não podemos esquecer que outros católicos se mobilizaram em direção contrária [...] com o apoio de figuras importantes do episcopado e do clero, no combate ao que julgavam ser o perigo da subversão da ordem.” (SOUZA, 2004, p. 81)

Na seqüência, temos acesso ao texto da conferência “*Anchieta, o evangelizador*” proferida no dia 23 de junho de 1965, pelo Monsenhor José da Conceição Paixão.³² Através dela, tomamos conhecimento de uma instituição – a Associação dos Cavaleiros de São Paulo – que colaborou no planejamento das comemorações do *Dia de Anchieta*, e que, de acordo com o conferencista, tratava-se de “entidade que, dentre seus objetivos buscava incentivar o culto a São Paulo, dentro da Pátria Brasileira; defender-lhe as tradições culturais, morais e cristãs e promover o estudo de seu passado e de seus grandes vultos.” (PAIXÃO In: ANCHIETANA, 1965, p. 61). O apoio desta Associação e a indicação do Monsenhor para representá-la no Ciclo de Conferências podem ser explicados pelo fato de seu presidente, José Augusto César Salgado, integrar a Comissão Nacional encarregada das comemorações alusivas a Anchieta³³. Segundo o Monsenhor,

Sua ilustre Diretoria, presidida pelo eminente Dr. José Augusto César Salgado, não se preocupou em procurar uma palavra mais autorizada do que a minha para falar pela Associação dos Cavaleiros de São Paulo porque tem a convicção de que, neste local, o que realmente fala, é o que de fato é eloqüente, o que verdadeiramente empolga – é este chão, é esta parede, é esta torre – que evocam a sensibilidade paulista os primórdios de São Paulo. Esqueci, portanto, a pequenez das minhas possibilidades e *considerarei apenas a grandeza tosca do ambiente povoado pelas sombras imorredouras daqueles que iniciaram a pujança de São Paulo*. (PAIXÃO In; ANCHIETANA, 1965, p. 61) (grifo nosso)

Constata-se que o Monsenhor reproduz a imagem de Anchieta como santo do Brasil, mártir e taumaturgo, uma vez que se refere ao missionário jesuíta como:

Aquele que daria ao Brasil todo o trabalho de sua vida apostólica. Aquêlê que deveria trazer para a nossa gente a dádiva de sua inteligência, de seu amor, de sua fé e que seria, com seus co-irmãos jesuítas, *o evangelizador do Brasil. Aquêlê cujo nome é para nós uma jaculatória e cujas cinzas são para nós uma relíquia: José de Anchieta. Como evangelizador do Brasil êle realizou, aqui, um*

³² Por várias vezes, o religioso usa os próprios escritos de Anchieta – as suas “Cartas”, para deixar certos acontecimentos mais explicados e para dar a visão anchietana da sua missão no Novo Mundo (como o trabalho no colégio de Piratininga). Em dados momentos, cita também a biografia de Simão de Vasconcelos para dar maior respaldo às suas palavras. É um dos poucos escritos da *Anchietana* que conta com citações textuais de outros autores, assim se aproximando de um trabalho historiográfico.

³³ José Augusto César Salgado será também um dos autores cujos textos foram publicados na Coletânea. Trata-se do texto de uma das palestras, intitulado *Anchieta, o Mestre*.

trabalho sobre-humano. (PAIXÃO In: ANCHIETANA, 1965, p. 64)
(grifo nosso)

Um dos trechos mais curiosos de sua conferência é o que estabelece uma analogia entre o apóstolo São Paulo e José de Anchieta, a partir do trecho bíblico de Segundo Coríntios, capítulo XI, versículos 25-29, no qual São Paulo (por coincidência ou não, a cidade sede das comemorações) narra as desventuras em seu trabalho evangelizador: açoites, apedrejamento, naufrágios, perigo de ladrões e traições dos seus protegidos, fome, frio, sede, fadiga. E o palestrante, completa: “Estas palavras de São Paulo poderiam ser escritas por um jesuíta do século XVI no Brasil” (PAIXÃO In: ANCHIETANA, 1965, p. 65). Esta aproximação entre a conduta de São Paulo com Anchieta aparece em outros momentos bem pontuais do texto:

Na realização de seu apostolado evangelizador, Anchieta conheceu tôdas as vicissitudes do verdadeiro apóstolo. *Conheceu os perigos de tôda a sorte, como São Paulo.* Colocou bem alto seu ideal. No próprio Deus, no sonho de levar a semente do evangelho aos nossos selvagens. *E como Paulo de Tarso, fêz-se tudo para eles: mestre e fazedor de alpercatas, médico e conselheiro.* (PAIXÃO In: ANCHIETANA, 1965, p. 66) (grifo nosso)

Para Monsenhor Paixão, as realizações de Anchieta – seu trabalho com os índios e colonos e seus escritos e encenações dramatúrgicas – remetem para a sua santidade, para o exercício pleno do apostolado e para o grande exemplo que seria para a cidade de São Paulo e para todos os brasileiros:

Por isso, feliz a cidade de São Paulo que desde a sua fundação pode contar com um evangelizador como Anchieta e que recebeu as primícias de seu zelo no Brasil e que sentiu o calor de sua fé e que se alimentou com o pão de sua doutrina. Feliz a cidade que, por isso pode dizer, também, com justo orgulho: ‘Anchieta é um dos nossos’. *Feliz o Brasil que, ao lado de todos os outros heróicos e abnegados jesuítas, teve também Anchieta, desde os albores de sua história, entre os seus grandes evangelizadores. Feliz o Brasil que pode dizer também: ‘Anchieta é um dos nossos’.* Mas os heróis das pátrias valem como exemplo às gerações futuras. Seja, pois, Anchieta o grande exemplo dos brasileiros. (PAIXÃO In: ANCHIETANA, p. 72) (grifo nosso)

“*As intenções poéticas do padre José de Anchieta*” é o título dado por Julio Garcia Morejón à palestra que proferiu em 30 de junho de 1965, também no Pátio do Colégio.³⁴ Nela, o palestrante apresenta Anchieta como precursor da literatura brasileira “porque, desganhado do tronco peninsular ibérico, afincou tão profundamente na paisagem espiritual do Brasil as suas raízes sentimentais que sua alma se empapou de brasilidade, o que lhe permitiu uma ação catequista e política”. (MOREJÓN In: ANCHIETANA, 1965, p. 79). Apesar de reconhecer que “faltou-lhe o chamado definitivo da graça poética”, Morejón não descuidou de vincular o trabalho apostólico por ele desempenhado à formação da Pátria brasileira:

“Não lhe faltou, ao que parece, o chamado da graça sobrenatural, porque a sua missão apostólica, no que se refere à história do Brasil, está por cima de qualquer outro valor. A santidade está por cima da poesia temporal. É a poesia integral. [...] Para a formação da nacionalidade brasileira e a fundação de uma metrópole como a de São Paulo, é importantíssima a intenção, porque o resultado está por cima da estética. A poesia de Anchieta como material de cultura e civilização vale, pois tanto que, se nos faltasse, se abalariam os alicerces da formação da Pátria brasileira.” (MOREJÓN In: ANCHIETANA, 1965, p. 86).

Já César Salgado, presidente da Associação dos Cavaleiros de São Paulo e membro da Comissão Nacional, ao proferir a palestra “*Anchieta, o Mestre*”, no dia 7 de julho de 1965, evocou a Divina Comédia de Dante Alighieri para apresentar Anchieta como um Mestre³⁵:

Virgílio se nos apresenta em plano mais eminente do que guia ou Senhor. (...) Seja na descida aos círculos infernais, seja no Purgatório, até o momento em que Virgílio se afasta, pois o céu lhe era vedado, Dante lhe dá sempre o título de ‘Mestre’. [...] *Anchieta foi, por excelência, o Mestre. Sua vida se resume numa lição perene de trabalho de abnegação, de humildade, de sacrifício, de heroísmo, de amor. Por mais que exaltem suas virtudes, por mais que se proclamem seus feitos, por mais que se glorifique seu*

³⁴ Julio Garcia Morejón foi um dos quatro palestrantes espanhóis convidados a participar do Ciclo de Conferências. Natural de Valencia, Espanha, mudou-se para o Brasil logo após formar-se em Letras e Filologia na Universidade de Salamanca. Doutorou-se na USP, em 1960, tendo trabalhado nesta universidade por 30 anos. Foi o fundador da Escola de comunicação e Artes (ECA), do Centro Hispano- Brasileiro de Cultura, em 1971, que, mais tarde, se tornou Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas.

³⁵ Cabe ressaltar que oito conferencistas foram convidados para, em datas diferentes, discorrer sobre o mesmo personagem histórico, e que Salgado foi o sexto a falar no Ciclo de palestras. A relação que o palestrante estabelece entre apostolado e maestria pode ser interpretada como uma tentativa abordar Anchieta de uma forma até então não explorada. É bom lembrar que as palestras de Francisco Mateos e Salvador López Herrera foram muito semelhantes, atendo-se a uma reconstituição da biografia do jesuíta.

nome, não se terá dito tudo. Cada vez mais que nos acercamos dêle, descobrimos em sua personalidade dons inéditos, ocultos sob o broquel de sua modéstia, como certas gemas peregrinas a refulgir através da crosta que as enclausura. Sim, êle o foi por vocação e por dever. E como não o teria sido, se êle jurara bandeira no grêmio dos discípulos de Inácio de Loyola, daqueles que pelos tempos vindouros seriam chamados “Mestres da Humanidade”? (SALGADO In: ANCHIETANA, 1965, p. 87 88) (grifo nosso)

As qualidades do Mestre Anchieta são destacadas ao longo da palestra:

O jesuíta, porém, é infalível. Nunca cedia, nem condescendia. Combatia todos os escândalos e maldades, as perseguições inúteis aos índios, as relações ilícita (*sic*), e às vezes monstruosas que destruíam o respeito mútuo entre os homens e impossibilitavam a constituição da sociedade civil. Anchieta era uma alma pura, temperada pela graça, num mundo sem Deus nem lei, onde a matilha dos pecados capitais corria à solta. (SALGADO In: ANCHIETANA, 1965, p. 94-95)

Contrariando a versão de Serafim Leite, César Salgado apresenta Anchieta como o primeiro educador de Piratininga³⁶, recorrendo a informações divulgadas pelo historiador espanhol Salvador López Herrera³⁷ durante o Congresso Internacional de História, promovido por ocasião do IV Centenário de São Paulo, em 1954. A posição por ele assumida fica evidente no trecho que destacamos:

Acredito que o ilustre autor da “História da Companhia de Jesus no Brasil” (*no caso, Serafim Leite*) alcance o céu, onde, certamente se avistará com os missionários jesuítas. Não sei se, na eterna bem-aventurança, os espíritos podem manifestar-se como o faziam na terra. Admitamos que o possam. E dando largas à imaginação, vamos supor o que aconteceria se os três jesuítas se encontrassem na mansão celeste: Aproxima-se o recém-vindo Padre Serafim Leite; Anchieta limita-se a sorrir humildemente; já Nóbrega, traíndo a rude franqueza que o caracterizava, na vida moral, franze o sobrôlho e arma uma de suas melhores carrancas [...] Perdoe-me o Padre Serafim Leite! Mas, seja como for, eu o antevejo no céu. (SALGADO In: ANCHIETANA, 1965, p. 99)

Ao final de sua palestra, Salgado reúne as imagens consagradas de Anchieta, não descuidando de vinculá-las à cidade de São Paulo:

³⁶ Para Serafim Leite, historiador jesuíta, o primeiro mestre-escola teria sido Antônio Rodrigues SJ. E não José de Anchieta, SJ. Durante o Congresso Internacional de História, de 1954, houve um acalorado debate entre Leite e Herrera acerca da primazia de Rodrigues sobre Anchieta. Naquela ocasião, o acadêmico teria apresentado duas cartas de Anchieta, até então inéditas, que provariam a primazia do padre das Canárias sobre Antônio Rodrigues na educação e catequese dos índios de São Paulo.

³⁷ O historiador espanhol Salvador López Herrera também participou como palestrante do Ciclo de Conferências, promovido em 1965, sendo autor do texto “*Padre José de Anchieta*”, transcrito na *Anchietana*, já analisado neste artigo.

Terra minha venturosa, que nasceste nas mãos puras de um SANTO! Terra minha venturosa, que tiveste a defender-te um HERÓI! Terra minha venturosa, que soubeste inspirar um POETA! Terra minha venturosa, que aprendeste a lição de um MESTRE! Terra minha venturosa, ei-lo que volta: é ANCHIETA! (SALGADO In: ANCHIETANA, 1965, p. 100)

Em sua palestra “*Anchieta e as Primeiras Famílias de São Paulo*”, o Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J. descreve o Brasil recém descoberto como uma terra que “nada oferecia de imediatamente aproveitável para os seus novos donos”, cujos habitantes viviam na “mais absoluta pobreza e desnudez, entregues a inexplicáveis guerras fratricidas e aos piores vícios: bebedeira, libertinagem, antropofagia. (VIOTTI In: ANCHIETANA, 1965, p. 101-102) Nos parágrafos seguintes, Viotti reconstitui, primeiramente, a história de São Vicente no século XVI³⁸ para, então, passar a tratar de Anchieta:

Como a luz solar entre a luz da lua e das estrelas, se destacou nesse ministério a atuação e o exemplo do Venerável Padre José de Anchieta. *O Brasil todo, de Itamaracá a Itanhaém, se edificou com a sua passagem.* Maiores benefícios de seu ministério sacerdotal, de sua palavra ardente, de sua obra popular de poesia lírica e dramática, de sua catequese escrita ou falada receberam a Bahia, o Rio, o Espírito Santo e, sobretudo, São Vicente. *Nada mais houvesse, teria bastado o espetáculo de sua vida, de sua santidade carismática para causar nestes lugares a mais benéfica impressão.* (VIOTTI In: ANCHIETANA, 1965, p. 107) (grifo nosso)

Mais uma vez, Anchieta é apresentado como responsável pela garantia da unidade territorial, pois “O Brasil todo se edificou com a sua passagem”, em especial, através do exemplo de “sua santidade carismática”, da moral e dos valores familiares que defendia. Referindo-se à sociedade colonial paulista, Viotti destaca o papel desempenhado pelas mulheres, sugerindo uma relação com a atuação de mulheres católicas nos recentes eventos do país:

Contentar-me-ei, portanto, com uma prospecção, por assim dizer instantânea, dêsse fato junto a algumas das principais famílias de São Vicente, ou do meio vincentino, abrangendo São Paulo, para onde acabaram todas elas emigrando. *E me vou valer dos depoimentos de cinco senhoras, verdadeiras matriarcas de nossa população de nossa população de*

³⁸ Ao focar o tema das “primeiras famílias de São Paulo”, Viotti vale-se de informações do cronista Pero de Magalhães Gandavo, para quem em toda a América Portuguesa havia cerca de 18.000 habitantes – 500 deles em São Vicente – na década de 1570. Para as últimas décadas do século XVI, ele lança mão de dados obtidos em Fernão Cardim, Gabriel Soares e José de Anchieta para afirmar que a população era de 100.000 “civilizados” no final do século.

quatrocentos anos. A História se vem erigindo praticamente com a exclusão do papel da mulher. A função, realmente, que as mulheres desempenham – embora da mais alta e decisiva importância – se desenvolve primordialmente no lar. Podemos orgulhar-nos, os que delas descendemos, dessas admiráveis matronas paulistas. Representando a tôdas, comparecem à ribalta da história, através do Processo Informativo de 1620³⁹, em São Paulo Leonor Leme, Filipa Vicente, Susana Dias, Maria Castanho, Ana Ribeiro. Não incluo, para não ir mais longe, (...) outras muitas. (VIOTTI In: ANCHIETANA, 1965, p. 108) (grifo nosso)

Ao final de sua explanação, o padre Viotti relaciona o conteúdo de sua palestra com o momento político que o país atravessava após o golpe de 1964:

Leonor Leme, Filipa Vicente, Susana Dias, Maria Castanho, Ana Ribeiro e muitas outras silhuetas femininas emergem dos processos ou da biografia de Anchieta num luminoso quadro, unânimes no louvor e na veneração ao Apóstolo do Brasil. Anchieta foi, para tôdas elas o guia espiritual e o protetor na estrada da vida. Verdadeiro representante de Cristo, a lhes apontar, aureolado de luz celestial, o caminho da felicidade, no serviço de Deus. Nossos antepassados não ficaram insensíveis diante do santo, que a Providência nos concedeu para santificar as origens desta grande pátria que nascia. Consagrando-lhe, a 9 de junho, um dia nacional, pelas mãos de seu supremo chefe civil, e após uma revolução que nos libertou da tirania do comunismo ateu, vem o Brasil de hoje demonstrar ao Mundo, que não lhe é indiferente esta bandeira espiritual, que nos vem conclamando para as ascensões do espírito, através de nossa marcha na história. (VIOTTI In: ANCHIETANA, 1965, p. 114-115) (grifo nosso)

Dentre os articulistas que colaboraram na Coletânea *Anchietana*, encontramos Alexandre Marcondes Filho⁴⁰ que retoma o tema dos milagres atribuídos a Anchieta. Em seu texto, ele se propõe a comparar as vidas de Inácio de Loyola e José de Anchieta, de forma a aproximar o missionário do fundador da Companhia de Jesus:

³⁹ Tal processo informativo, realizado em 1622, explica-nos o palestrante, dizia respeito à instalação de um Tribunal Eclesiástico, numa primeira tentativa de canonizar o jesuíta. O processo de beatificação de Anchieta foi iniciado, oficialmente, em 1624, quando se deu a introdução da Causa em Roma; entre 1634 e 1647 ocorreu a primeira paralisação da causa por mudanças na legislação canônica; em 1650, a Causa foi retomada em Roma e Anchieta recebeu o título de “*Servo de Deus*”; entre 1668 e 1702, a Causa foi interrompida pela segunda vez. Esta paralisação foi solicitada pela Ordem, provavelmente pela falta de recursos financeiros decorrentes de “problemas internos da Companhia de Jesus no Brasil”. Em 1736, Anchieta recebeu o título de “*Venerável*”; em 1773, por pressão política, a Companhia de Jesus foi extinta e a Causa de Anchieta foi interrompida novamente, sendo retomada apenas em 1883; por fim, em 1980, o Papa João Paulo II beatificou o padre José de Anchieta pelo conjunto de sua obra.

⁴⁰ O colaborador Alexandre Marcondes Filho é um dos grandes homens públicos a participar da *Anchietana*. Advogado e político paulista, assumiu as pastas da Justiça e do Trabalho durante o Governo Vargas e a presidência do Senado em 1954.

Para apreciar devidamente José de Anchieta e suas atividades no Brasil, parece-me indispensável lembrar a influência carismática de Inácio de Loyola sobre seus discípulos e a organização e estratégia da Companhia de Jesus. *Um estudo de conjunto mostra que Anchieta não é uma figura regional, isolada nos modestos anais da antiga colônia, mas um capítulo de relêvo na própria história universal da Igreja.* (MARCONDES FILHO In: ANCHIETANA, 1965, p. 135)

O artigo sublinha – quando não repete – os mesmos argumentos expostos por outros autores que destacaram a importância do jesuíta para a história do Brasil: sua obstinação, força moral, santidade, inteligência, devoção. Suas ações são ressaltadas como sendo as mais heróicas dentre as desempenhadas por membros da Companhia de Jesus espalhados pelo mundo:

A humildade de José de Anchieta, o mundo vegetal que o cercava e o oprimia, a distância que diluía toda a ressonância no exterior, a rudeza da gente com quem lidava, o plantio difícil da semente no vazio da terra – não diminuem sua estatura ao lado dos companheiros que jogavam com valores europeus, ou impérios organizados do Oriente. *Ao contrário. Aqui, a centenas e centenas de léguas do mundo civilizado e da sede da Companhia, o trabalho era mais duro, a obediência mais difícil*, porque aqui, naquele longo tempo, na solidão das paragens daquele mundo silente, obedecer importava em pensar, resolver e agir no passo de cada dia (...) (MARCONDES FILHO In: ANCHIETANA, 1965, p. 138-139) (grifo nosso)

O missionário Anchieta para Marcondes Filho não apenas construiu um país, como o orientou em valores religiosos e morais tradicionais:

Cada jornada, porém, trazia para José de Anchieta o estímulo do contentamento moral pela realização da sua vocação, do seu juramento, do seu destino. A alegria inefável de conquistar milhares de novas almas no ignoto das selvas, nos aldeamentos (sic) humildes, nas pequenas vilas que repontavam no território, onde ele procurava fixar o nômade, *dando-lhe as primeiras noções de pátria, de família, de propriedade, ao mesmo tempo em que o entregava à custódia da Igreja*, através da qual se processaria a confraternização das três raças fundadoras do nosso país. (MARCONDES FILHO In: ANCHIETANA, 1965, p. 142) (grifo nosso)

Para Marcondes Filho residiria aí o grande milagre operado por Anchieta e anunciado no título do artigo:

Mas é forçoso salientar o grande milagre de sua vida. O milagre que nas laudas da história universal da Igreja o coloca no paralelo de Francisco Xavier, de Canísio, de Francisco de Borgia, pela profundidade dos

mandatos cumpridos para um fim comum. O milagre que projeta no espaço e no tempo a fabulosa frutificação das sementes que lançou no chão brasileiro – no espaço, porque se dilatou em territórios ainda desconhecidos em sua época, e no tempo, porque sustentou e beneficiou as gerações que se sucederam. *O milagre que à unidade geográfica juntou a unidade espiritual, necessária à preservação de um patrimônio quase continental, o que o consagra como apóstolo sul-americano. O grande milagre, que coadjuvou nossas resistências em momentos supremos: – a formação católica do Brasil e a fidelidade do povo aos ensinamentos da Igreja de Roma.* (MARCONDES FILHO In: ANCHIETANA, 1965, p. 143)

O próximo artigo – “O Padre José de Anchieta” – foi originalmente escrito por Amando Caiuby⁴¹ para o jornal O Estado de São Paulo, em 1962, jornal fundado pelo presidente da Comissão Nacional, Júlio de Mesquita Filho. Podemos classificá-lo como um texto de defesa explícita da canonização de Anchieta, como referido pelo próprio autor:

Êste oportuno artigo de 1962 atualizou o trabalho nacional traçado pela Canonização do Padre José de Anchieta – e estas Conferências ora realizadas e tão festivamente aplaudidas – são a mostra palpitante do patriótico interesse de todo o Brasil. (CAIUBY In: ANCHIETANA, 1965, p. 150)

Dentre os argumentos a favor da santificação do jesuíta expostos por Caiuby encontramos:

Descobriu que as artes romperiam mais facilmente o cérebro maciço dos selvagens. E transformou-se então em poeta, escritor, músico e orador. Comovia o coração empedernido dos índios, fascinando-os e arrebatando-os. (Curava moléstias ao toque da sua sotaina esfarrapada, feita por suas próprias mãos com velas de navios, levantava enfermos com orações, desviava tempestades com gestos, dissolvia banquetes canibalescos com frases, trazia tribos carnicieiras ao influxo sugestivo do seu discurso. E índios, mamelucos e portugueses baixavam a cabeça atrevida ante a mansidão glaucia (sic) do seu olhar. (CAIUBY In: ANCHIETANA, 1965, p. 147-148).

A imagem de santo, de Apóstolo do Brasil, também pode ser encontrada no poema – então inédito – escrito por Cecília Meireles, e que seria publicado no livro “Crônica Trovada da Cidade de San Sebastian, no quarto centenário a sua fundação pelo Capitam-mor Estacio

⁴¹ Amando Caiuby nasceu em Espírito Santo do Pinhal, em 1886, e faleceu em São Paulo, em 1973. Era advogado, promotor público e delegado de polícia no interior de São Paulo. Foi também poeta, contista e romancista. Escreveu para a imprensa e algumas novelas policiais.

de Saa.” As estrofes do poema são a que remetem à santidade do jesuíta: “Vede o Santo Anchieta, o Santinho corcos, de roupa preta, posto em oração, erguido nos ares, acima do chão! Vede Anchieta, o Santo, a tratar das chagas [...] a desenterrar o menino vivo que se quis matar. Vede Anchieta, o Santo, que louvara a Virgem em tão longo canto, a estender nas mãos versos e milagres para os seus irmãos.” (MEIRELES In: ANCHIETANA, 1965, p.217-219).

Guilherme de Almeida, por sua vez, apresenta Anchieta como precursor do nativismo, como personagem que, através das letras, exerceu papel fundamental para a integração nacional, já que

“Anchieta teve a pátria que quis ter. E porque ele foi o único que amou a terra. Nacionalidade e crença: eis onde vai sorver alento a poesia de um povo. [...] compôs o taumaturgo hinos, farsas, autos, cantos sacros ou profanos que, sem constituírem, é verdade, uma obra íntegra onde devesse começar a nossa literatura [...] essa índole nativista, esse apego à terra [...]Anchieta tinha superiormente compreendido e sabido aproveitar. Enxertou nesse sentimento a idéia de um Deus novo, protetor e forte, senhor de um exército invencível de anjos e de santos, pronto a auxiliar o crente na luta e socorrê-lo no perigo.” (ALMEIDA In: ANCHIETANA, 1965, p. 248-249)

É o mesmo Guilherme de Almeida quem num soneto, algumas páginas antes, reforçará algumas das imagens de José de Anchieta como a de Santo – “ergueste a cruz na selva escura” e a de Herói – “plantaste nossa velha aldeia”, destacando a “glória que destes a esta terra e a sua História”. (ALMEIDA In: ANCHIETANA, 1965, p. 245)

“A Contribuição de Anchieta ao conhecimento dos índios do Brasil” foi o título dado pelo etnólogo alemão Herbert Baldus⁴², para quem “Anchieta, a quem a Igreja já inscreveu entre os Veneráveis, é um dos respeitáveis também na História da Etnologia e Lingüística Brasileira”, por ter, “devido às exigências da catequese”, produzido “preciosa documentação etnológica” e “obra basilar e indispensável a quantos se dediquem a estudos relativos à

⁴² Herbert Baldus nasceu a 14 de março de 1899, em Wiesbaden, Alemanha, e faleceu em São Paulo, a 24 de outubro de 1970. Chegou ao Brasil em 1923, tendo participado de várias expedições científicas e de estudos antropológicos, tendo como objeto de estudo os povos indígenas brasileiros. De 1953 a 1960 foi diretor do Museu do Ipiranga.

lingüística americana em geral, e, particularmente, ao tupi-guarani” (BALDUS In: ANCHIETANA, 1965, p. 255-257)

O jornalista e filósofo João de Scantimburgo⁴³ denominou seu artigo de “Anchieta, patrono da integração”, deixando antever qual imagem de Anchieta seria por ele explorada: a de construtor da integração nacional. Isto fica bem evidente nesta passagem:

Êste o aspecto que me proponho salientar nestas comemorações anchietanas, o integracionismo. Integrou o gentio com o português; a tradição lingüística indígena com a cultura católica; os aborígenes com os colonos, o velho com o nôvo, o fetichismo dominado e o cristianismo implantado; as trevas da ignorância com a luz da educação. (SCANTIMBURGO In: ANCHIETANA, 1965, p. 278) (grifo nosso)

Esta questão central para o autor voltaria a ser referida mais adiante, em passagem na qual Scantimburgo denominará Anchieta como “o mais alto exemplo” a ser seguido pelos brasileiros:

As terras cobiçadas por franceses e holandeses foi defendida pelos integracionistas da época, os portugueses, com mais fé, mas heroísmo, mas renúncia, mais bravura do que hoje a defendem, quando a defendem, os brasileiros, nos quais se vai amortecendo a fé nas instituições políticas e na sobrevivência de nação com as dimensões territoriais do Brasil. Se se voltassem para o passado veriam que o Nôvo Mundo foi defendido com o sacrifício de vidas, para que não se desintegrasse. Era preciso manter unida, unívoca, uma, a terra que resultara da aventura dos Descobrimentos. Assim o fizeram. *Da empresa, Anchieta foi o patrono, o mais alto exemplo. Ninguém, na história que começou com o desembarque de Cabral, se lhe*

⁴³ João de Scantimburgo nasceu em Dois Córregos, São Paulo, em 31 de outubro de 1915, filho de João de Scantimburgo e Julia Cenci de Scantimburgo. Jornalista. Mestre em Economia e Doutor em Filosofia e Ciências Sociais. Lecionou na Fundação Armando Álvares Penteado e na Universidade Estadual Paulista UNESP. Exerceu as funções de diretor dos "Diários Associados", do "Correio Paulistano", do "Diário do Comércio" e do "Digesto Econômico", todos editados na capital paulista. Pertenceu ao Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta - Rádio e Televisão Educativa (São Paulo). Membro da diretoria da Fundação Moinho Santista e do Conselho Curador (vitalício) da Fundação Bienal de São Paulo. Faz parte, também, da Academia Paulista de Letras, Instituto Brasileiro de Filosofia, Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos, Pen Club do Brasil, Instituto Brasileiro de Direito Social, além de algumas instituições culturais sediadas em países da Europa e nos Estados Unidos. Recebeu os prêmios José Ermírio de Morais - Pen Club, e Alfredo Jurzikowski - ABL. Algumas das obras publicadas pelo jornalista: "O destino da América Latina", "A democracia na América Latina", "A crise da república presidencial" (que defende o estabelecimento de um Poder Moderador nos moldes daquele do Império), "A extensão humana", "Tratado geral do Brasil", "José Ermírio de Morais", "Ilusões e desilusões do desenvolvimento", "Concepção Cristocêntrica da História", "O café e o desenvolvimento do Brasil", "O Poder Moderador", "Interpretação de Camões", "A Filosofia da ação", "O segredo japonês", "Os Paulistas", "Gastão Vidigal e seu tempo", "O Brasil e a Revolução Francesa", "Memórias da Pensão Humaitá", "No limiar de novo humanismo", "Eça de Queirós e a tradição", "Introdução à filosofia de Maurice Bondel" e "História do liberalismo brasileiro". Eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 21 de novembro de 1991 e empossado a 26 de maio de 1992.

avantajou em estatura, em desprendimento, em gratuidade. Inspirado pela fé, viveu e morreu para a fé e pela fé, para a nova terra e pela nova terra. Mas não se lhe poderia pedir, pois preocupou-se com o céu, e a terra lhe foi dada por acréscimo; quis a salvação das almas, e salvou a nação, que ajudou a criar no tempo e no espaço. (SCANTIMBURGO In: ANCHIETANA, 1965, p. 275)

Em vários momentos de seu texto, Santimburgo se mostra preocupado com o que classificará de “*solapamento da integração brasileira*”, explicando-o nos seguintes termos:

Os brasileiros do nosso tempo, tomados pela fúria dos neologismos e novidades, falam muito em integração como se fôsse uma descoberta recente de políticos, mais ou menos inspirados, ou de economistas originais. Essa é uma idéia velha e re-velha, que caiu em desuso, com a política predatória, a má gestão dos negócios públicos, o desleixo administrativo das últimas gerações de brasileiros, que se ocuparam dos problemas do Estado, apenas para fins particulares ou partidários. *Dois campeões teve o Brasil na integração: o trono e a Igreja. O Brasil é, tódo ele, um prodígio de integração.* Quando demagogos do presente falam em integração, como se estivessem fazendo uma descoberta sensacional, apenas iludem os ingênuos ou os tolos. *A integração começou com a posse das novas terras pela Coroa de Portugal. E continuou com a obra da colonização e da catequese.* Descoberto o Brasil, incorporado à Coroa de Portugal e à Igreja, só veio a se desfigurar e a correr o risco da desintegração, na era da secularização da história, na quadra das heresias e do ateísmo, da instabilidade política e da desnacionalização dos metecos de dentro e de fora. (SCANTIMBURGO In: ANCHIETANA, 1965, p. 274-275) (grifo nosso)

Mais adiante, ele ressalta sua preocupação, referindo-se ao contexto político que levou ao golpe civil-militar de 1964:

Muitas vezes, externei meu temor, de que o Brasil viesse a se desintegrar. *A nação de dimensões continentais, admiravelmente unívoca, é subvertida, é solapada por forças revolucionárias, que nela atuam, não raro sem a percepção do povo e das elites políticas.* Seus alicerces já racham. *Podemos resistir, e muito, ainda, mas temos que retemperar a nossa fé, e reforçar os nossos sentimentos de brasilidade, com os exemplos do passado, sobretudo com o exemplo de Anchieta.* A atualização do integracionismo é, portanto, antes um motivo de apreensão, do que de orgulho. Revela que não estamos de todo integrados, que estão se desfazendo as cartilagens nacionais, aos golpes de infiltração revolucionária comandada do exterior e executada pelos metecos do interior. (SCANTIMBURGO In: ANCHIETANA, 1965, p. 275) (grifo nosso)

O jesuíta é apresentado não só como integrador, mas também como homem cuja fé e força moral foram responsáveis pelo surgimento da nação brasileira:

De Anchieta se pode dizer que foi o primeiro integracionista; animado pela fé, pôs a inteligência e a vontade na consecução dêsse fim, e conseguiu-o. A nação brasileira começou a amoldar-se com os capitães generais, com a vocação missionária da Casa de Bragança, mas quem lhe soprou o primeiro hálito de vida foi Anchieta, o inextinguível integracionista. Trazendo para o Brasil o crucifixo como única arma, a fidelidade ao sangue de Cristo como suprema virtude, e a obediência como rija qualidade, Anchieta aproxima índios e portugueses, integrando-os na bela obra que é a nação brasileira, cujo batismo foi ato de suas santas mãos. Quando nos lembramos que Anchieta era moço franzino, doente, metido numa terra hostil, com índios, frio e calor fortes, mosquitos, perigos; sem livros, sem recursos, sem nada, senão sua fé, podemos medir a carga de energia que se contém no dom gratuito de Deus, e na sua força para atravessar oceanos, criar nações, suscitar historicamente povos. Só a fé explica o milagre de Anchieta, suas viagens, cujo roteiro deveria, todo ele, ser reconstituído e marcado com as pedras do exemplo, para os nossos desfalecimentos, nas jornadas de toda a vida nacional. (SCANTIMBURGO In: ANCHIETANA, 1965, p. 273) (grifo nosso)

Na seqüência, Scantimburgo exalta os resultados obtidos por Anchieta, a despeito das condições que encontrou e da sua formação religiosa e não militar, não descuidando de expressar sua crítica ao materialismo marxista:

Anchieta, no entanto, veio e venceu com Cristo. Tinha certeza de que Deus nosso Senhor era sua fortaleza; nada lhe faltaria. Não tinha a energia física do soldado: era franzino; não trazia a delegação do administrador: era padre; não tinha cargo no Estado: era missionário; não era um aventureiro: carregava uma missão moral. Não tendo nada para triunfar, subjugou, no entanto o Novo Mundo ao Evangelho de Cristo, e integrou o Brasil no reino de Deus. Conta-se que Stalin, ouvindo falar do Papa, perguntou de quantas divisões dispunha ele. Educado no materialismo marxista, era lógico o astuto antigo seminarista de Tiflis. Mas o Pontífice tem as divisões que combatem com as armas da luz. Elas podem mais que as armas do engenho humano. Anchieta não tinha outras, senão essas, e venceu, no ambiente primitivo, para onde o mandou a Companhia de Jesus. (SCANTIMBURGO In: ANCHIETANA, 1965, p. 274) (grifo nosso)

“O mais alto exemplo” para os brasileiros transforma-se no texto do jornalista e filósofo paulista em exemplo na luta contra o comunismo e em herói da brasilidade:

Não pode haver maior símbolo para se contrapor à subversão revolucionária, que rastilha pelo Brasil, abalando a solidez da família, destruindo a confiança dos trabalhadores, danificando a empresa, pervertendo a juventude, numa palavra, desintegrando a nação, no que ela tem de mais puro, que a sua quatrisecular tradição religiosa e seus sentimentos democráticos. E se fizesse um plebiscito sobre as preferências

populares, Anchieta ganharia na certa. (SCANTIMBURGO In: ANCHIETANA, 1965, p. 276) (grifo nosso)

A ênfase dada à condição de exemplo moral para as famílias e de brasilidade para a juventude brasileira acaba por revelar a sua adesão à Causa de beatificação de José de Anchieta:

Anchieta, para quem pedimos a glória dos altares, tomou a sério a integração do Brasil, e promoveu-a, iniciando o processo da nacionalidade, onde não há preconceitos de raça. Tudo que se fez depois é nada ao lado do que êle fez, nos primeiros anos da terra descoberta. O jovem padre teve a intuição dos gênios e dos santos. Criou a política integracionista. Antecipou-se aos séculos, estabelecendo as coordenadas seguras, para a paz da nação. (SCANTIMBURGO In: ANCHIETANA, 1965, p. 278) (grifo nosso)

Outro artigo que versa sobre a importância da atuação de José de Anchieta para a integração nacional foi o de João de Almeida Prado⁴⁴, intitulado “*Um Artífice da Formação do Brasil*”. Apesar de se referir a Anchieta como o “apóstolo, o maior difusor da fé no dealbar da colônia, defensor do índio, mestre dos brancos e protetor dos pretos”, o autor dá maior destaque à atuação da Companhia de Jesus e ao “*vulto da obra jesuítica*”, como se pode observar nesta passagem:

Deparava-se aos apóstolos situação em que aos perigos da selva se juntava outro pior, decorrente do reinol à procura de rápido enriquecimento a ser obtido de qualquer maneira e preço, com auxílio dos santos ou dos demônios. Conseguiram, no entanto, os jesuítas resultados tão rápidos da sua ação na colônia, de tal modo benéfico aos régios desígnios, que se impuseram governantes e governados, constrangido, até o adverso povoador, em reconhecer *a utilidade dos jesuítas, únicos capazes de aplacar levantes do gentio, educar-lhes os filhos e por toda parte difundir os superiores conhecimentos que traziam consigo. Não podia, nessas condições, escapar o vulto da obra jesuítica das vistas da côrte, que aos missionários passou a valer na medida das suas escassas disponibilidades.* (ALMEIDA PRADO In: ANCHIETANA, 1965, p. 285-286) (grifo nosso)

⁴⁴ Nascido em 1898, morto em 1991. Jornalista, escritor e historiador. Participou da Semana de Arte Moderna de 1922, numa das alas mais conservadoras do evento. Mais tarde, em 1972, quando dos 50 anos da Semana, chegou a declarar que “a Semana de Arte Moderna pouca ou nenhuma ação desenvolveu no mundo das artes e da literatura”. Publicava seus livros com o pseudônimo de Yan de Almeida Prado.

Assim como Scantimburgo, Almeida Prado apresenta a fé católica como “cimento da integração nacional”, atribuindo a Anchieta papel preponderante na construção “*dos alicerces da futura nacionalidade*”:

A espantosa fidelidade ao credo católico, razão principal da nossa moderna unidade, que também encontramos em outros episódios da história pátria, derivava da abnegação do cléro em manter a crença viva no domínio luso, destinado por êste motivo a ser a maior nação sul-americana. Desde o início do nosso passado, vemos dissipar-se a névoa da proto-história pelos relatos jesuíticos mandados das capitânicas monumentos de informações política, etnográfica, antropológica, pedagógica, social e religiosa, do mais alto valor acêrca do período em que o branco começara – nos termos de um cronista coevo – a arranhar a areia das praias antes de aventurar-se no sertão fabuloso, de onde se esperavam riquezas sem conta. Do milagre então realizado pelo inaciano, aproveitou-se a coroa para firmar a sua posse no Nôvo Mundo, primeiro passo dos alicerces da futura nacionalidade, cujas raízes foram cuidadas com intenso amor, inteligência e desvelo, por homens como Anchieta. (ALMEIDA PRADO In: ANCHIETANA, 1965, p. 287) (grifo nosso)

A escritora infanto-juvenil Maria José Dupré⁴⁵ também colaborou com artigo para a Coletânea *Anchietana*. Para dar título ao artigo – “Ínfimo da Companhia de Jesus” – a autora se inspirou na forma como o missionário assinava as suas cartas. O texto consiste, efetivamente, numa dramatização da vida de José de Anchieta, sendo rico em passagens que exaltam algumas de suas virtudes – e que, portanto, conformam uma memória – do jesuíta.

José de Anchieta foi um caçador de almas. Foi o primeiro humanista das Américas, foi o pacificador, o colonizador, o confessor, o enfermeiro, o professor, o pai dos índios, o poeta, o catequista, o pregador, o dramaturgo e o taumaturgo. Êle agradou ao Senhor, não talvez pela pobreza ou pela modéstia ou pela humildade em que vivia, mas sim porque cumpriu fielmente o primeiro mandamento: Ama o próximo como a ti mesmo. E agradou à Virgem porque foi manso de coração, foi quase o obscuro, foi o *Minimus Societatis Jesu*. (DUPRÉ In: ANCHIETANA, 1965, p. 325)

O Anchieta de Dupré é um santo, homem cujas ações são pautadas por pura bondade por atos heróicos:

⁴⁵ Maria José Dupré nasceu em Botucatu, em 1905 e morreu em São Paulo, em 15 de maio de 1984. Assinava seus romances como Sra. Leandro Dupré. Dentre vários livros, o mais conhecido é *Éramos Seis* – obra editada em 1943 e premiada pela Academia Brasileira de Letras – que a lançou efetivamente no mercado. O livro foi traduzido para várias línguas e foi adaptado para a televisão nada menos que quatro vezes.

Êsse homem só, doente da espinha, fraco e pobrezinho, foi capaz de ações tão heróicas que parecem divinas. No meio humano hostil em que viveu, entre a natureza agressiva que o rodeava, tudo suportou com heroísmo porque acima de todos os dons, além dos atributos, êle seguiu as palavras de Cristo. Amou o próximo. (DUPRÉ In: ANCHIETANA, 1965, p. 326)

Também era santo porque operava milagres, curando almas e corpos e, sobretudo, por pacificar índios hostis:

Êle amou devotadamente seus companheiros de trabalho. Amou os órfãos, abandonados; amou “as pobres rosas nascidas entre espinhos”, amou todos os ferozes habitantes desta terra, mesmo os índios Tamôios. [...] pelo amor e pela mansidão, [obteve] a paz entre os portugueses e o filho de Pindabuçu, o mais feroz de todos os índios, capaz de tôdas as crueldades. [...] O filho de Pindabuçu quando deparou com os dois missionários rezando, em vez de deixar cair a clava sôbre suas cabeças, disse depois: “Entrei, vi os padres e lhes falei, caiu-me o coração e fiquei mudo e fraco. Eu não os matei e já nenhum os há de matar, ainda que todos os que vieram hão de vir com o mesmo propósito e vontade. Diante da bondade infinita de Anchieta, os índios tornaram-se bons. A maior glória do padre Anchieta foi o seu amor ao próximo. Êle amou o próximo mais que a si mesmo. Isso o definiu e o santificou”. (DUPRÉ In: ANCHIETANA, 1965, p. 327-329) (grifo nosso)

O artigo “*O Milagre Maior do Santo Brasileiro*”, de Vinício Stein Campos, encerra a seção Colaborações da Coletânea *Anchieta* e se assemelha muito à proposta de outro, “*O Grande Milagre*”, escrito por Marcondes Filho. Ambos se caracterizam por descrever o maior milagre realizado pelo missionário jesuíta. Se para Marcondes Filho este teria sido a difusão da fé católica e, conseqüentemente, a importância da Igreja Católica na construção da nação brasileira, para Campos, este milagre teria sido a criação de São Paulo.

Neste sentido, o autor aproxima Anchieta de outros interesses que não os dos militares e civis que articularam o golpe de 1964 e se encontravam no poder em 1965, mas aos da elite paulista, que se vale das comemorações alusivas ao missionário para louvar a sua própria história:

Todavia, de todos os milagres que o Santo Missionário brasileiro realizou na tocante jornada do seu apostolado admirável, o maior, o mais extraordinário, a nosso ver, nestes tempos de incredulidade e tibieza religiosa, foi o que êle promoveu em benefício da terra brasileira, convertendo São Paulo no gigante das botas de sete léguas, o fabuloso bandeirante que devassou os sertões e bateu nas selvas mais longínquas as estacas indescritíveis de nossas fronteiras. Não tem explicação plausível, a

não ser pela interferência milagrosa de Anchieta, o fenômeno sem igual, único no mundo, da conquista do território nacional pelos sertanistas de São Paulo. (CAMPOS In: ANCHIETANA, 1965, p. 434) (grifo nosso)

Mas o autor não se limita a mostrar a grandeza da *São Paulo dos bandeirantes*, enaltecendo a cidade de São Paulo do século XX e prestando um tributo a Anchieta:

E poderíamos repetir com Aureliano Leite, na sua monumental História da Civilização Paulista, que *São Paulo moderno não é apenas a consubstanciação da profecia do heróico canarino, mas, e principalmente, o milagre maior do Santo brasileiro.* (CAMPOS In: ANCHIETANA, 1965, p. 435) (grifo nosso)

Manifestando-se sobre a delicada discussão em torno da origem canarina de Anchieta – e que comprometia a sua condição de herói de um Brasil português –, Stein Campos defenderá que Anchieta era, por ter estudado em Coimbra, muito mais português do que espanhol:

Alguns biógrafos e cronistas apressados, que superficialmente trataram da vida e da obra do santo canarino, em razão de Anchieta haver nascido na ilha de Tenerife, e usar em seus escritos, cartas e composições, o idioma castelhano, o tomaram por espanhol e querem emoldurá-lo, nesta qualidade, no quadro histórico do Brasil-Colônia. Nada menos certo, contudo. Anchieta, se não nasceu português, teve em Coimbra formação medularmente lusitana [...] Quando estudou em Coimbra o castelhano era língua corrente nas escolas de Portugal, pois ali se falava, além do Latim e do Português, o idioma em que Cervantes se imortalizaria com seu D. Quixote de La Mancha. O castelhano era a língua culta por excelência, de uso corrente na corte e nos centros literários, de toda a península, e ela se antecipara de cem anos à fixação literária que o idioma lusitano iria conseguir na segunda metade do século XVI com a genial produção camoneana dos Lusíadas. Mas quando Anchieta frequentava os cursos de Coimbra, portugueses e espanhóis estavam mais familiarizados com a fala de Castela e dela os primeiros freqüentemente se serviam, como, aliás, pode ser facilmente constatado nos manuscritos portugueses do tempo. (CAMPOS In: ANCHIETANA, 1965, p. 433) (grifo nosso)

Encerram a coletânea os textos dos três discursos proferidos por deputados federais, na sessão de 9 de junho de 1965, na Câmara Federal. O primeiro discurso transcrito é o de Yukishigue Tamura⁴⁶, eleito pelo estado de São Paulo, pela ARENA. Nele, o parlamentar não

⁴⁶ Nasceu em São Paulo, em 02 de janeiro de 1915. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da USP, em 1939; Curso Superior de Guerra, Escola Superior de Guerra, (EMFA), em 1957. Recebeu uma condecoração oficial japonesa, a Comenda da Ordem do Tesouro Sagrado no Grau 3, pela contribuição à

apenas exalta Anchieta, como também o estado de São Paulo, destacando a identificação de sua elite política e católica com o regime:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo participar dos sentimentos cívicos dos meus ilustres pares na Câmara dos Deputados, *associando-me de coração, não apenas como cidadão paulista e brasileiro, mas, também, como cidadão paulistano e católico, às justas comemorações nacionais do Dia de Anchieta, em boa hora instituído pelo Decreto no. 55.588 [...] por S. Exa. Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco.* (TAMURA In: ANCHIETANA, 1965, p. 439) (grifo nosso)

A associação entre Anchieta e a cidade de São Paulo também foi lembrada por Tamura que atribui ao jesuíta e à Companhia de Jesus a formação moral dos brasileiros:

A Capital de São Paulo foi fundada no dia 25 de janeiro de 1554, pela figura ímpar de Anchieta, que, sob as ordens do provincial Manuel da Nóbrega e auxiliado pelo Chefe dos indígenas, Tibiriçá, soube dar a nós, paulistas, uma grande civilização cristã, eminentemente espiritual, cheia de riquezas e valores históricos. Incluo, por isso, também, nas minhas homenagens, a gloriosa Companhia de Jesus, a quem a Pátria deve a formação do caráter da sua gente, cheia de sacrifícios e de glórias para colocar este País entre as grandes nações do mundo. (TAMURA In: ANCHIETANA, 1965, p. 439) (grifo nosso)

A transcrição fiel do discurso não omite o aparte do deputado Aliomar Baleeiro, udenista do Estado da Guanabara, que reforça a posição do parlamentar paulista – falando em nome dos Deputados fluminenses – prestando também homenagem a Anchieta, acrescentando que o jesuíta também auxiliara na fundação do Rio de Janeiro⁴⁷. Tamura prossegue o discurso, destacando o importante papel desempenhado por Anchieta para São Paulo e para o Brasil:

amizade nipo-brasileira de S. M. o Imperador do Japão. Recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Takushoku, de Tóquio. Teve o mandato de Deputado Federal cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, quando do AI-5. Foi o idealizador das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas). Em seu primeiro mandato na Assembléia Legislativa paulista, apresentou no ano de 1953 um projeto de lei que devolvia à Companhia de Jesus a propriedade do imóvel do Pátio do Colégio, então parte do patrimônio estatal. A proposta teria sido recusada por ser inconstitucional (a transferência de bens imóveis do Estado para a Igreja não era permitida) e por encontrar forte resistência na bancada evangélica da Assembléia paulista.

⁴⁷ Também o Governador de São Paulo, Sr. Ademar de Barros, em mensagem sobre o “Dia de Anchieta”, ressaltou: “Anchieta, simples, bondoso, humilde que a si mesmo considerava o menor entre todos os membros da Companhia de Jesus, não contente de desenvolver ação que se projetava em todos os horizontes, ainda fez mais: ajudou Nóbrega a negociar aliança com os tamoios rebelados do litoral, estruturando a paz de Iperoigüe, que

Sr. Presidente, Senhores Deputados, hoje gostaria de dar um depoimento histórico, colocando a figura de Anchieta num plano internacional e num plano nacional *sui generis*. Além dos ciclos por outros iniciados – o geográfico, pelos bandeirantes paulistas; o jurídico, por Alexandre de Gusmão; o político, por José Bonifácio; o cultural, pelo Movimento de 22 de março (...); o econômico, pelo Visconde de Mauá – *poderíamos dizer que Anchieta inaugurou no Brasil o ciclo humanista, dando do seu coração não apenas todo o seu sentimento moral, mas também todo o seu sentimento intelectual de amor à verdade*, inspirado na doutrina e no exemplo de Cristo, cuja lição havia de iluminar sua inteligência para que pudesse dar o melhor de sua pessoa em benefício do povo paulista e brasileiro. [...] *E construiu este grande milagre que é a cidade de São Paulo*. (TAMURA In: ANCHIETANA, 1965, p. 441) (grifo nosso)

O deputado finaliza o seu discurso, mencionando o processo de beatificação e canonização de Anchieta⁴⁸:

E eu gostaria hoje de dizer que *Anchieta não apenas conquistou um lugar na Pátria brasileira, está na iminência de conquistar um lugar no altar de Deus*. E é justamente nesse dia que nós haveremos de elevar nosso coração aos céus, *pedir a Deus que realize aqueles dois milagres necessários para que a sua categoria de venerável se transforme em beatitude e depois, como beato, se torne realmente o santo protetor de todos os brasileiros* (TAMURA In: ANCHIETANA, 1965, p. 444)

expulsou os franceses da Guanabara, possibilitando a fundação do Rio de Janeiro e criando as condições para a manutenção da unidade da crença e da língua, que construíram a unidade do território". (grifo nosso)

⁴⁸ As informações fornecidas por SOARES são importantes para compreendermos as etapas de um processo de canonização: "O santo surge a partir de uma série de etapas bem definidas. A própria Igreja reconhece isso e estabelece uma seqüência hierárquica para os seres divinos. Primeiramente, o candidato a santo, ganha o título de 'Servo de Deus'. Isso quer dizer que o processo de beatificação ou canonização foi aceito pela 'Congregação Para as Causas dos Santos', um departamento do Vaticano responsável pela criação do santo em si. Se, com a leitura do material enviado ao Vaticano, suas atitudes heróicas de bom cristão forem confirmadas pelos profissionais responsáveis pela produção do santo, o servo de Deus passa a ser chamado de 'Venerável'. Nesta etapa, ainda não pode haver culto público ao candidato, mas ele já é reconhecido como alguém digno de veneração, já é considerado um exemplo a ser seguido. A partir deste momento, para que o processo continue a caminhar, deve ser provada a existência de um milagre realizado por intermédio do venerável em questão. Esta é com certeza a etapa mais complicada e burocrática porque mesmo dentro da própria Igreja, existem diversas interpretações a respeito do que venha a ser um milagre e em que circunstâncias eles ocorrem. "Se o milagre esperado é aprovado, o venerável ascende ao grau de 'Beato'. O beato já pode ser cultuado, mas com restrições. Somente sua família religiosa ou seus conterrâneos têm direito para isso. Muitos processos param neste ponto exato. Para que um beato se torne santo, outro milagre de primeira grandeza deve ser comprovado e outro processo diocesano (local) deve ser iniciado. O trabalho é enorme, bastante demorado e demanda grandes investimentos financeiros. Com certeza, estes são os principais motivos para que não seja dada continuidade na maioria dos processos." (SOARES, 2007, p. 5-6).

Na seqüência, temos o discurso do Deputado pelo PTB da Guanabara, Eurico Garcia Alves de Oliveira⁴⁹, que se refere ao jesuíta como “médico”, “apóstolo”, “observador da alma do índio”, ressaltando o seu trabalho de catequização dos índios e alguns milagres atribuídos a Anchieta, como a cura da mão de um índio que fora enviado para matar o padre, mas que não podia manusear o arco por causa de um inchaço, e de quando, recém salvando-se de um naufrágio, o jesuíta chegou à praia e batizou uma criança moribunda, o que o fez agradecer a Deus pelo acidente providencial.” (OLIVIERA In: ANCHIETANA, 1965, p. 444).

O último discurso é o do paulista Antônio Sylvio Cunha Bueno⁵⁰, Deputado da Arena, que retoma a trajetória biográfica de Anchieta – seu nascimento, formação sacerdotal e atuação missionária – e destaca a importância dos trabalhos realizados pela Comissão para o Dia de Anchieta, citando nominalmente a Júlio de Mesquita Filho: “Ao ilustre jornalista e à equipe que elaborou o roteiro das homenagens, bem como a todos que indiretamente contribuíram para o esplendor das solenidades os agradecimentos da nação” (CUNHA BUENO In: ANCHIETANA, 1965, p. 445). Reforçando a posição assumida por leigos católicos e pela Igreja, Cunha Bueno manifesta-se sobre a Causa de beatificação de Anchieta⁵¹:

⁴⁹ Eurico Garcia Alves de Oliveira nasceu no Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1903 Formado em Direito na Faculdade Cândido Mendes, trabalhou como jornalista no Correio da Noite, A Pátria, Jornal do Brasil. Assumiu, como suplente do PTB, o mandato de Deputado Federal para a Legislatura 1963-1967, tendo sido efetivado na vaga de Epaminondas dos Santos, em 22 de abril de 1964.

⁵⁰ Antonio Sylvio Cunha Bueno nasceu em São Paulo (SP), em 08 de dezembro de 1918. Formado bacharel em Ciências e Letras, pelo Liceu Nacional Rio Branco, e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade São Paulo, assumiu cargos de importância em várias empresas, entidades e órgãos públicos, dentre os quais, o de Diretor do Banco Comercial do Paraná S.A., em São Paulo, em 1956; Diretor Departamento do Interior da DELTEC S.A.; Vice-Presidente da Cia Mercantil de São Paulo S.A.; Auditor de Guerra da Justiça Militar da 2ª Região Militar, em 1943; Procurador Judicial do Estado de São Paulo, de 1942-1947; Comissário de Menores; Secretário dos Negócios do Governo de SP, 1955; Presidente do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, IBRADIU; Diretor, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e Conselheiro do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga.

⁵¹ A alta hierarquia católica sempre almejou a beatificação do missionário jesuíta, e desde a sua morte, se empenhou para isto, estimulando a produção das primeiras biografias sobre Anchieta. Contudo, tal processo se arrastou por mais de 360 anos, uma vez que José de Anchieta foi beatificado somente em 1980, por iniciativa de João Paulo II. É importante lembrar que este papado caracterizou-se por uma ampla campanha de atração de fiéis para a Igreja católica, além de ter eliminado – para a beatificação – a necessidade de comprovação de milagres previstos pelo Código de Direito Canônico. Este seria alterado em 1983, prevendo uma nova categoria de beato: a de católico respeitado pelo conjunto de sua obra, mas não milagreiro.

Temos Anchieta presente, como na hora em que morreu, vivo, percorrendo as páginas da História. *Eleito santo do Brasil por assentimento geral dos crentes e dos que não crêem, mas que admiram a sua humaníssima fé [...]* Glória, pois, à memória imortal do implantador de nossos ideais de brasilidade! (CUNHA BUENO In: ANCHIETANA, 1965, p. 447) (grifo nosso)

Neste mesmo dia, o Cardeal Agnello Rossi celebrou uma missa campal no Pátio do Colégio, na qual exaltou o “exemplo de amor [de Anchieta] a esta terra e a esta gente [...] lançando os alicerces de uma sociedade nova [...] como pacificador e defensor da Terra de Santa Cruz”, referindo-se ao jesuíta como “um dos mais ilustres construtores da nacionalidade”. O Cardeal continua, destacando que

Tal existência – patrimônio glorioso de São Paulo e do Brasil – não poderia ser relegada ao olvido, sob pena de amputarmos de nossa vida sua força e sua auréola [...] Bem agia, portanto, o Exmo. Presidente Castelo Branco, num ato de fidelidade e de reconhecimento das nossas mais belas tradições cristãs, instituindo o “Dia de Anchieta” *para que o povo brasileiro retempere no ideal cristão suas energias e pela meditação das virtudes do ínclito sacerdote e bandeirante procure imitar seus exemplos e multiplique suas preces a Deus para que possamos, quanto antes, venerá-lo em nossos altares como Santo-símbolo de nossa nacionalidade.* (O Estado de São Paulo, 10 jun. 1965, p. 19.)

Dentre as qualidades e virtudes “do nosso padre Anchieta” que deveriam ser divulgadas e imitadas pelos brasileiros e inculcadas “nos educandos, sobretudo nas comemorações do Dia de Anchieta”, nesta época em que “vicejam ideologias estranhas e sanguinárias [...] produto dum ateísmo militante” e “neste tormentoso século XX precisa o Brasil reafirmar conscientemente sua fé em Cristo e na sua Igreja”, o Cardeal enfatizou:

O amor a Deus, nosso Pai Celestial, *o acatamento à autoridade*, o espírito de fraternidade, o sincero desejo da paz, a honestidade pessoal e profissional, o cumprimento escrupuloso dos próprios deveres, a capacidade de renúncia e de sacrifício em favor do bem comum, *a alegria de servir, o devotamento à Pátria [...]*. (O Estado de São Paulo, 10 jun. 1965, p. 19.) (grifo nosso)

Ao final da missa, o Cardeal afirma que a Igreja saúda o Dia de Anchieta, “confiando que possa a instituição servir para a reafirmação dos valores espirituais e cristãos, glória de

nossa gente”, manifestando, dessa forma, “gratidão a quem falou à nossa consciência pátria [...] e velou, invocando as bênçãos do Onipotente, junto ao berço de nossa nacionalidade – o Venerável Padre José de Anchieta.” (O Estado de São Paulo, 10 jun. 1965, p. 19) (grifo nosso).

À guisa de conclusão: um beato para os católicos brasileiros

É preciso ressaltar que a Causa da beatificação de Anchieta recebeu um inegável impulso⁵² no período entre 1965 e 1968, através das iniciativas culturais cívico-educacionais promovidas pela Comissão Nacional encarregada das comemorações. Tais iniciativas ajudaram a difundir a fama de milagreiro do *Taumaturgo do Brasil* entre representantes de vários segmentos sociais que, em sua maioria, não eram atingidos e influenciados pelos artigos jornalísticos, e facultaram, aos integrantes da Comissão Pró-Beatificação, o acesso a informações sobre curas realizadas por intercessão do missionário jesuíta⁵³, além de estimularem sua invocação⁵⁴ por devotos católicos.

⁵² O interesse na retomada do processo de beatificação é exposto por Julio de Mesquita Filho em seu discurso de abertura das comemorações: “[...] no intuito de emprestar às comemorações o caráter de uma decisiva contribuição à campanha em prol da beatificação de Anchieta dirigiu-se à Santa-Sé, rogando-lhe que indicasse um representante seu para figurar entre aqueles que estariam presentes nos festejos em organização. E foi com desvanecimento que, em resposta à solicitação, recebeu, logo a seguir, o nome do padre Molinari - o grande estudioso que no processo em curso no Vaticano desempenha o papel entre todos delicado de postulador da beatificação de José de Anchieta”. (MESQUITA FILHO In: ANCHIETANA, 1965, p. 6).

⁵³ Na página eletrônica da CANAN (Comissão Pró-Canonização de Anchieta), figuram alguns dos supostos milagres realizados por Anchieta. Tais milagres não foram aceitos pelo Vaticano e os reproduzimos aqui a título de ilustração: “Ao recitar um versículo do evangelho à orelha de um garoto desenganado chamado Jerônimo, este se cura não só da enfermidade, mas consegue livrar-se de uma ferida que carregava de nascença. Ana Ribeiro, a mãe da criança, prestou depoimento em 1627; Nóbrega e Luís da Grã comentam sobre a devoção fervorosa de Anchieta e sua capacidade de levitar; Em 1627, Suzana Dias, neta do cacique Tibiriçá, relata, que quando menina, ouviu os padres Manoel da Nóbrega e Luís da Grã comentarem que Anchieta era santo e que seus sonhos eram revelações. Ainda de acordo com ela, quando tinha 12 anos e estava enferma, desejou morrer consagrando sua virgindade a Deus. Anchieta, sem que ela tivesse falado sobre o assunto com ninguém, lhe recomendou, a partir de um sonho o contrário: que se casasse. Suzana Dias casou-se, tempos depois, com o Juiz Manoel Fernandes Ramos dando origem aos “Fernandes povoadores”, porque seus descendentes tornaram-se sertanistas, bandeirantes e fundadores de muitas vilas. Além de São Paulo, São Miguel, Guarulhos, Barueri e Carapicuíba, Anchieta foi, portanto, o responsável pela fundação de outras cidades, como Santa do Parnaíba, Itu e Sorocaba; Em 1567, ao embarcar em Bertioga rumo ao Rio de Janeiro, o barco onde Anchieta estava foi abalroado por uma baleia ficando parcialmente inundado. Em seguida, o animal ameaça bater novamente na embarcação, mas subitamente desiste e vai embora. Para os religiosos presentes, todos foram salvos em função da capacidade de Anchieta em comunicar-se com os animais; Em 1568, Anchieta parte para uma nova aventura: resgatar das matas para a sociedade paulista dois militares portugueses que haviam desertado. Ao fazer a travessia em um rio tanto Anchieta como o padre Rodrigues afundam rezando. Os índios, que viajavam em companhia deles, conseguem resgatar rapidamente o padre Rodrigues. Já Anchieta permanece, de acordo com os

Entre 1963 e 1965, ano da instituição do “Dia de Anchieta”, o empenho pela beatificação se intensificou, com o lançamento da Campanha Anchieta, divulgada em todos os Diários Associados, em estações de rádio e televisão, o envio da *Carta Postulatória da Beatificação* pelo Presidente João Goulart e a audiência do senador Danton Jobim com o Papa Paulo VI. O Decreto de 18 de janeiro de 1965, que instituiu a data alusiva a Anchieta, deve ter renovado as esperanças de religiosos e de leigos católicos na obtenção do apoio político e, principalmente, de financiamento para a dispendiosa Causa da beatificação. A inauguração de monumentos, o financiamento da produção de filmes e documentários e a proposição de palestras e sessões cívicas realizadas nas escolas públicas, podem ser interpretados como uma forma concreta de apoio, por difundir na população a fama de milagreiro de Anchieta, o *Taumaturgo do Brasil*, e por potencializar notícias e evidências de curas realizadas pela intercessão do missionário jesuíta.

No ano de 1966, O *Jornal do Brasil* publicou três artigos que mencionavam ações do Movimento pela Canonização de Anchieta e o apoio que havia recebido do chanceler brasileiro, Juracy Magalhães, para o traslado dos ossos de Anchieta de Portugal para o Brasil. Em 1967, encontramos uma matéria que noticia que 420 parlamentares brasileiros assinaram

relatos, pelo menos meia hora totalmente submerso sendo, para a surpresa de todos, resgatado com vida e absolutamente calmo; A reputação de operador de prodígios já acompanhava Anchieta, como o bando de pássaros guarás que volta e meia costumavam voar sobre a canoa em que ele se achava viajando, para protegê-lo do sol. Relatos juramentados e assinados por vários companheiros dessas viagens dão conta de que o fato ocorrera diversas vezes, ora atravessando o canal de Bertioga, ora a baía da Guanabara. Os testemunhos acrescentam detalhes impressionantes, como as exatas palavras que ele usava para pedir ao líder do bando de aves em tupi – “*erupita de boiaim orebo*” – e para mandá-las embora: “*pe quaim pe suape*”; De todos os episódios envolvendo comunicação com animais, porém, destaca-se a “pescaria milagrosa de Marica”, que aconteceu em 1583, conforme declaração sob juramento dos padres João Lobato e Pero Leitão. Antes de o sol nascer, após a missa, o padre perguntava pescadores que tipo de peixe desejavam pescar. Em função das respostas, ele indicava diferentes locais na lagoa ou no mar. O abundante resultado acabou atraindo um verdadeiro exército de aves marinhas. Após escutar a queixa dos pescadores, Anchieta dirigiu-se às aves e em tupi ordenou-lhes que parassem de incomodá-los, pois receberiam sua parte. As aves obedeceram-no imediatamente.

⁵⁴ É importante salientar que a figura de santo de Anchieta foi moldada ao longo dos anos, já que, como bem apontado por SOARES: “Ao longo das diversas etapas do processo de canonização (e não me refiro aqui apenas ao processo formal), ocorre certa transformação do candidato. De uma forma simplista, poderíamos dizer que sua personalidade é remodelada segundo interesses, necessidades e exigências das partes envolvidas. Daí o surgimento de santos “especialistas” (o santo que arruma marido, o que acha objetos perdidos, o que resolve causas impossíveis...) e do aparecimento de um tipo padrão de santidade conforme o período histórico e o contexto social.” (SOARES, 2007, p. 6)

um pergaminho⁵⁵ com um pedido⁵⁶ especial para a Beatificação do jesuíta⁵⁷. Segundo a mesma fonte, a petição em forma de pergaminho “será encaminhada ao Papa Paulo VI, através da Presidência do Congresso Nacional e de autoridades eclesiais do País”⁵⁸.

Em três ocasiões, em 1969, 1974 e 1977, o Episcopado Brasileiro encaminhou correspondência ao Papa, “propondo a dispensa dos milagres em espécie, bastando a fama dos muitos milagres contidos nos Processos” (MOUTINHO, 1980, p. 29). Em 1979, ano em que o então Vice-Postulador Nacional da Causa da beatificação, Pe. Murillo Moutinho, se reuniu com o Ministro da Educação e Cultura, para tratar dos preparativos para o IV Centenário da Morte de Anchieta em 1997, corriam os primeiros rumores da visita do Papa ao Brasil, o que animou os postulantes a proporem que a beatificação ocorresse no Santuário de Aparecida, a Virgem a que o Pe. Moutinho havia consagrado a Causa.

Atualmente, há “uma tendência em valorizar o exemplo de vida dos santos e a heroicidade religiosa de seus atos, e não apenas sua capacidade em conceder graças e operar milagres.” (SOARES, 2007, p. 38), sendo observadas as normas promulgadas em 1983, pelo Papa João Paulo II⁵⁹. A tramitação, no entanto, ainda é considerada lenta, o que decorre, sem dúvida, dos elevados investimentos necessários, que incluem, além dos custos com advogados

⁵⁵ Segundo a matéria jornalística, “A petição está escrita num pergaminho seiscentista “digno de figurar na Biblioteca do Vaticano”, cuja capa é um quadro onde, além do ouro, está a mensagem dirigida ao Papa e ilustrações do Padre Anchieta com representações das três fases mais importantes de sua personalidade: o poeta, o taumaturgo e o educador.” (JORNAL DO BRASIL, 21 jan. 1967. s/p.)

⁵⁶ O pergaminho dizia o seguinte: “Santíssimo Padre, os representantes do povo brasileiro abaixo assinados humildemente prostrados em oração suplicante aos pés de vossa augusta majestade, interpretando o pensamento unânime da Nação brasileira, pedem que, pela autoridade que exerce Vossa Santidade, mande, conforme as normas do Direito Canônico, que seja instaurado o processo de beatificação e canonização do padre José de Anchieta, da Companhia de Jesus, popularmente chamado “O Apóstolo do Brasil.” (JORNAL DO BRASIL, 21 jan. 1967. s/p.)

⁵⁷ Parece-nos que, efetivamente, José de Anchieta – e seu Dia – foram, neste momento, relegados a um segundo plano, como se constata neste trecho extraído do Jornal do Brasil: “Há seis meses ficou pronto o pergaminho, mas as assinaturas só foram recolhidas agora, no final da legislatura, porque houve a preocupação de só se fazer isto depois das eleições parlamentares de 15 de novembro, “para se evitar explorações em torno do assunto”. Assinaram 60 senadores e 360 deputados. (JORNAL DO BRASIL, 21 jan. 1967. s/p.)

⁵⁸ JORNAL DO BRASIL, 21 jan. 1967. s/p.

⁵⁹ Houve, a partir do pontificado de João Paulo II, um trabalho oficial intenso para desmistificar a santidade como algo reservado a poucos dotados de qualidades sobrenaturais e mostrar sua acessibilidade a todos. Reafirmada como um fenômeno universal, católico, representaria a possibilidade de guardar os preceitos cristãos e reiterar os ensinamentos da Igreja, independentemente da imensa diversidade cultural da humanidade e sem desconectar-se do mundo de hoje. (PEIXOTO, 2006, p. 12-14)

teológicos, despesas com viagens, material de divulgação do candidato a santo, entre outras. Nesse sentido, é compreensível o “desabafo” feito pelo padre Murillo Moutinho, ao escrever o resumo da Causa de beatificação do padre Anchieta, em 1980: “É fácil para Deus fazer um Santo! Difícil é a Igreja declará-lo! Quantos milhões se foram nessa Causa?”⁶⁰. (MOUTINHO, 1980, p. 32).

Desde sua morte em 1597, biógrafos e historiadores têm ressaltado a importância do jesuíta José de Anchieta na formação religiosa e moral do povo brasileiro. Apresentado como o “santo símbolo de nossa nacionalidade”, “taumaturgo que vela pela felicidade de nossa Pátria” e como “construtor da nacionalidade”, por ter “salvaguardado o princípio da moralidade”, Anchieta continua, contudo, à espera de sua canonização. Por enquanto: Beato, Sim!, Santo, Não!.

Referências Documentais

ANCHIETANA. *Comissão Nacional para as Comemorações do “Dia de Anchieta”*. São Paulo: Gráfica Municipal/Divisão do Arquivo Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo, 1965.

BRASIL. Lei 55.588, de 18 de janeiro de 1965. Dispõe sobre a instituição do “Dia do Anchieta”. In: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 16 de março de 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. Edições de 1965 a 1968.

JORNAL DO BRASIL. Edições de 1966 e 1967.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Edições de 1965 a 1968

Referências Bibliográficas

FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004.

⁶⁰ A Causa de Anchieta não é a primeira a demorar-se tanto nas Cortes Vaticanas. Em consulta ao “*Index causarum Beatificationis Servorum Dei Et Canonizationis Bestorum*” se constatará que ainda estão pendentes de julgamento causas de beatificação ou canonização inscritas nos séculos XIII, XIV, XV e XVI.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Notas de Pesquisa. Salvaguardando o princípio da moralidade e a integridade da nação: a apropriação de Anchieta pelo regime militar. *História Unisinos*. V. 11, nº 2 - maio/agosto de 2007, p. 278-281.

_____. Dos fins da política e da religião: o pensamento anchietano e sua apropriação pelo Regime Militar. *Metis*. v. 5. nº 1, 2006, p. 231-252.

_____. Salvaguardando o princípio da moralidade e a integridade da nação: a apropriação de Anchieta pelo regime militar. *Revista História Hoje (online)*. v. 3, 2006, p. 1-30.

JURKEVICS, Vera Irene. *Os santos da Igreja e os santos do povo: devoções e manifestações de religiosidade popular*. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MOUTINHO, SJ, Padre Murilo. *A causa de beatificação do pe. Anchieta*. (1ª Ed.) São Paulo: Edições Loyola, 1980.

PEIXOTO, Maria Cristina Leite. “*Santos da porta ao lado*”: os caminhos da santidade contemporânea católica. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade no Brasil*. Disponível em www.arnet.com.br/gramsci/arquiv148.htm. Acesso em 26/10/2007.

REIS Filho, Daniel Aarão (org.); RIDENTI, M. (Org.); Motta, Rodrigo P. S. (Org.). *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois, 1964-2004*. 1ª ed., Bauru: EDUSC, 2004.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família. As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOARES, Hugo Ricardo. *A Produção Social do Santo: Um estudo do processo de beatificação do Padre Rodolfo Komórek*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas, SP: [s.n.], 2007

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. In: *Estudos Avançados*. Vol. 18, n. 52, São Paulo, dez. 2004, p.77-95.